

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

LAYLA ADRIANA TEIXEIRA VIEIRA

“UMA COMARCA FORA DA LEI”: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão

SÃO LUÍS

2015

LAYLA ADRIANA TEIXEIRA VIEIRA

“UMA COMARCA FORA DA LEI”: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

SÃO LUÍS

2015

Vieira, Layla Adriana Teixeira.

“Uma comarca fora da lei”: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão / Layla Adriana Teixeira Vieira – São Luís, 2015.

90 f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pacheco Filho

1.Sertão. 2.Guerra do Léda. 3.Grajaú. I.Título

CDU: 94(812.1)

“UMA COMARCA FORA DA LEI”: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

APROVADA EM 10/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (orientador)

(Universidade Estadual do Maranhão)

Prof. Dr^a. Helidacy Maria Muniz Corrêa

(Universidade Estadual do Maranhão)

Prof. Dr. José Sampaio de Matos Júnior

(Universidade Estadual do Maranhão)

SÃO LUÍS

2015

“A arte de escrever histórias consiste em saber extrair daquele nada que se entendeu da vida todo o resto; mas, concluída a página, retoma-se a vida, e nos damos conta de que aquilo que sabíamos é realmente nada” CALVINO, 1993.

“Minha vida é andar
Por este país,
Pra ver se um dia
Descanso feliz,
Guardando a recordação
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
Dos amigos que lá deixei...”

(Vida de Viajante – Luiz Gonzaga)

“Maria, Maria é um dom, uma certa magia, uma
força que nos alerta...”
(Maria, Maria – Milton Nascimento).

Dedico este trabalho especialmente à minha amada
avó, Maria José Castro Vieira – a Maria –, *in
memoriam*. Saudade imensa...

AGRADECIMENTOS

Os caminhos trilhados em direção à conclusão deste trabalho não foram fáceis. Ao longo do processo de redação, enfrentei algumas dificuldades, tanto no trabalho propriamente dito quanto na vida pessoal. Entretanto, o privilégio de contar com a orientação, o apoio e a amizade de algumas pessoas fez com que esta batalha se tornasse um fardo mais leve.

Agradeço primeiramente a Deus, meu Mestre Maior, que me abençoou com serenidade, força e boas amizades ao longo desta minha trajetória.

A minha amada mãe, Maria Raimunda, por ser o elo afetivo e moral, pelo apoio, pela força e pela imensa paciência que teve comigo no decorrer desta minha vida. Agradeço por tudo.

Ao meu pai, Roberto Alan, pelo carinho e por ter acreditado em mim.

A minha querida irmã, Letícia Karla, pelo incentivo e pelas palavras amigas a mim dirigidas.

Ao meu pequeno sobrinho, Pedro Welker, por ser tão amoroso e por seu sorriso encantador.

Ao Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, que, de forma humana, soube reconhecer meus limites. Obrigada por ter me inserido no universo da pesquisa e por oportunizar o contato com a História e com Geografia sertanejas. Agradeço-lhe pela orientação acadêmica, pelo carinho, pelas viagens rumo ao sertão, pelo respeito e pela grande amizade ao longo desses quatro anos. E, de tudo, fica a dívida e a felicidade pela amizade conquistada.

Às minhas tias Sílvia e Nilma, pela base educacional que me proporcionaram, pelo afeto, pelas palavras de sabedoria e força, aqui fica a nota da minha gratidão.

A minha madrinha Sônia e ao meu padrinho Carlos, por terem sido tão amáveis.

A Pedro Castro, meu avô, que há cinco anos foi embora, mas deixou 77 anos de ensinamentos para a família. À Vó Rita, pelos conselhos, por ser presente e por me querer bem.

Devo muito ao meu amigo-irmão Romário Basílio, que soube aguentar minhas insatisfações e ainda acreditou, com uma postura sempre motivadora, na minha capacidade de realização. A ele devo o prazer de horas amenas e, enfim, por todo o tempo a mim dispensado, fazendo-se sempre presente em qualquer situação ética ou acadêmica. Agradeço-lhe pela cumplicidade, pelo carinho e pela valiosa amizade.

Cabe ainda agradecer a Reinilda Oliveira e Washington Carlos, amigos especiais que tiveram importante participação ao longo desta jornada. Com eles aprendi que todos merecem espalhar de vez em quando. Agradeço-lhes pela companhia e pela preocupação que tiveram comigo ao longo de todo o processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos de dentro e de fora da UEMA: Adelle Keith; Juliana Falcão; Tayane Cristina; Talita Fernanda; Welline Aguiar; Rafaelly Durans; “Dona Mocinha”; Miriam; Teresa Cristina; Raíssa Vieira; Jussandro; João Oliveira; Ediléia; Ana Paula; Darlenilson; Stephanny Oliveira; Elissandra, assim como os demais.

Meus agradecimentos a todos os professores do curso de História da UEMA, pela contribuição dada nesta caminhada. Serei sempre grata aos ensinamentos recebidos de cada um de vocês.

Um agradecimento muito especial à Prof^a Dr^a *Helidacy Maria Muniz Corrêa*, pelo imenso apoio, pelas conversas produtivas e renovadoras. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. José Sampaio de Matos Júnior, do curso de Geografia da UEMA, pela gentileza e receptividade, bem como por ter compartilhado bons momentos de conhecimento na viagem ao sertão maranhense.

À Lauisa, pela simpatia, pelas conversas e pela competência.

A toda a turma 2010.1 de História Licenciatura da UEMA.

A todos os servidores do curso de História e da PPG da UEMA.

Aos meus colegas de pesquisa do NEMP, pelas parcerias.

À FAPEMA, pelo financiamento dos três anos de bolsa de iniciação científica.

Meus agradecimentos àqueles que não foram citados, mas que contribuíram para a realização deste trabalho. Muito obrigada a todos!

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo discutir os estudos históricos relativos à região do sertão maranhense, geralmente excluídas das pesquisas historiográficas, que costumam privilegiar a política e a economia de São Luís como objetos centrais da História do Maranhão. Assim, este estudo toma por objeto a Guerra do Léda, ocorrida no município de Grajaú entre o final do século XIX e o início do século XX, no intuito de evidenciar a importância do alto sertão maranhense no processo de construção histórico-geográfica do Maranhão. Para abordar o objeto referido e alcançar o objetivo proposto, mostrou-se necessário buscar subsídios para a compreensão do processo de colonização do sertão do Maranhão, ocorrido no início do século XVIII. Desse modo, a pesquisa recorreu a relatórios de presidentes da província e a edições dos jornais *O lábaro*, *Correio do sertão*, *O Norte*, *O federalista* e *Diário do Maranhão* encontrados na Biblioteca Pública Benedito Leite e no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Por meio desse *corpus* documental, foi possível perceber que, à medida que o sertão se configurava em espaço social, através da ação de indivíduos provenientes principalmente da Bahia e de Pernambuco, começavam a se constituir os núcleos de povoação do sertão maranhense. A partir das análises realizadas, foi possível desvelar as práticas políticas vigentes no sertão maranhense, no período da Guerra do Léda.

Palavras-chave: sertão, Guerra do Léda, Grajaú, Maranhão.

ABSTRACT

This paper aims at discussing the historical studies on the Maranhão hinterland region, generally excluded from the historiographical research, which usually favor São Luís politics and economy as central objects in the history of Maranhão. This study takes as its object the Léda War, occurred in the municipality of Grajaú, between late nineteenth century and early twentieth century, in order to highlight the importance of high hinterlands of Maranhão in the process of historical and geographical construction of Maranhão. To approach the above object and achieve the proposed objective, it proved to be necessary to search for information in order to understand the colonization process of the Maranhão hinterland, which occurred in the early eighteenth century. Thus, the research appealed to the province presidents' reports and editions of the following newspapers: *O lábaro*, *Correio do sertão*, *O Norte*, *O federalista* and *Diário do Maranhão*, found in the Public Library Benedito Leite and the Maranhão State Public File. Through this documentary *corpus*, it was possible to notice that, as the interior was configured in social space, through the action of individuals mainly from Bahia and Pernambuco, the population centers of Maranhão hinterland began to be constituted. From the analysis, it was possible to unveil the current political practices in Maranhão hinterland, during the Léda War.

Key-words: hinterland; Léda War; Grajaú; Maranhão.

LISTA DE FIGURAS E ESQUEMAS

Figura 1	– Correntes migratórias de ocupação do estado do Maranhão... 25
Figura 2	– Vilas e rotas comerciais no século XIX..... 31
Figura 3	– Mapa do sertão de Pastos Bons 33
Esquema 4	– Genealogia da família Léda50
Figura 5	– Reverberação da Guerra do Léda64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 13

CAPÍTULO 1. UM GRANDE SERTÃO CHAMADO PASTOS BONS, 18

1.1.O processo de colonização e ocupação do sertão maranhense, 22

1.2 Aspectos físico-geográficos do alto sertão maranhense, 32

CAPÍTULO 2. A HISTÓRIA SOCIAL NO ESTUDO DA FAMÍLIA NO BRASIL: um diálogo historiográfico, 39

2.1. *Modus vivendi* das famílias sertanejas: tradição e política, 44

2.2 A família Léda: genealogia e organização, 49

CAPÍTULO 3. A GUERRA DO LÉDA: armas, poder e política no alto sertão maranhense no último quartel do século XIX, 53

3.1 Disputa política em Grajaú (MA): Leão Rodrigues de Miranda Léda x Araújo Costa, 54

3.2 A Guerra do Léda: Leão Rodrigues de Miranda Léda x Benedito Pereira Leite, 58

3.3 O exílio de Leão Rodrigues de Miranda Léda, 66

3.4 A Guerra do Léda nos inquéritos policiais e nos periódicos da época, 70

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 80

REFERÊNCIAS, 82

APÊNDICES, 87

INTRODUÇÃO

O campo dos estudos sobre o sertão, se comparado com outras áreas da historiografia, só recentemente tem despertado a atenção dos historiadores brasileiros. Frente a essa constatação, buscamos contribuir, com o presente trabalho, para a ampliação do conhecimento já produzido acerca dessa temática.

É importante destacar que, já no século XIX, o termo “sertão” era usado com conotação negativa, para caracterizar lugares inóspitos e distantes de qualquer processo civilizatório. E, mesmo com o passar das décadas, percebe-se que a ideia inicialmente construída por historiadores, sociólogos e antropólogos permanece inalterada. Isso se deve, sobretudo, ao preconceito ainda fortemente alicerçado em concepções “tradicionais” trazidas pelos portugueses no início do processo de colonização do Brasil.

No intuito de desconstruir essa visão, que qualificava o sertão como um lugar inculto, isolado, seco e inóspito, a presente pesquisa aborda estudos que mostram um novo olhar sobre a temática sertaneja. Trilhando nesse rumo, o objetivo geral desta monografia é principalmente inserir o sertão maranhense na historiografia maranhense, contrapondo-se à concepção de que tal região não tem história própria.

Antes de proceder diretamente a uma análise do espaço do sertão, julga-se oportuno realizar uma abordagem sobre o sertão do Brasil, logo no início deste texto. Para tanto, fez-se importante dialogar com outras áreas do conhecimento, como a Geografia, Ciências Sociais e outras, considerando ser impossível ignorar tais campos de estudo para obter os resultados propostos e esperados para esta pesquisa. Assim, foi necessário tomar contato com a produção historiográfica de intelectuais da segunda metade do século XIX e início do século XX.

Passei a me interessar mais pelo sertão maranhense e sua história política, social e geográfica no segundo semestre de 2011, quando resolvi estudar essa temática na graduação. No início, a escolha desse tema me pareceu difícil, uma vez que eu vivi um impasse entre estudar história política ou o sertão do Maranhão.

Nessa época, muitos professores do Departamento de História da UEMA haviam acabado de defender suas teses de doutorado e estavam voltando às salas de aula cheios de paixão e vivacidade. Aquele era um momento propício para ampliar meus conhecimentos, de modo que eu não queria perder nenhuma informação, pois o saber sempre me fascinou. Ao ver aqueles professores sempre comprometidos e compenetrados em suas responsabilidades, apaixonados pelo ofício escolhido e por seus objetos de pesquisa, os quais se inseriam em várias linhas de pesquisa historiográfica, essa fascinação se redobrou.

Foi nesse período que tive o prazer de conhecer o professor Alan Kardec Gomes Pachêco Filho. De imediato, fiquei interessada por sua linha de pesquisa, que envolve temas como *sertão maranhense*, *navegação fluvial*, *história oral*, *memória* e *Maranhão republicano*. Entre todos esses, porém, o primeiro tema foi o que mais me encantou, pois a relação entre História e Geografia sempre despertou em mim um forte interesse. Naquele mesmo ano de 2011, o professor Alan Kardec obteve, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), aprovação para o seu projeto de pesquisa intitulado “As tropelias da chamada Guerra do Léda: a geopolítica do alto sertão maranhense no último quartel do século XIX”, que passou a ser então financiado pela referida instituição.

Ao longo de três anos, pesquisamos e buscamos compreender o espaço sociopolítico, histórico-cultural e geográfico do alto sertão maranhense, através do plano de trabalho do bolsista: “A Guerra do Léda: bandidos ou ‘caudilhos’ literários?”. Esse projeto constituiu a espinha dorsal da produção desta monografia. Foi pensando na Guerra do Léda que o conjunto deste texto ganhou forma, constituído por capítulos que dialogam entre si, buscando inicialmente: entender o processo de ocupação desse sertão e a organização familiar nesse espaço; analisar o lócus da Guerra; compreender a trama político-partidária entre os simpatizantes do partido conservador e liberal; identificar alguns agentes partícipes desse confronto e as possíveis relações existentes entre a capital do Estado e a área foco de toda a disputa política que deu origem ao conflito.

Discorrer sobre o sertão maranhense é ir de encontro a historiadores locais, como Mário Martins Meirelles (2001), Jerônimo de Viveiros (1957), Barbosa de Godóis (1904), dentre outros. Esses autores deram pouca importância aos estudos sobre a região do sertão, preferindo dar ênfase apenas à história de São Luís como centralizadora de todo o processo histórico do estado. Analisando tais pontos, o leitor verificará se houve ou não “vida” no sul do Maranhão, podendo, então, concluir se as práticas políticas e sociais moveram essa sociedade no final do século XIX e início do século XX na região de Grajaú (MA). Para tanto, a questão-chave colocada por esta pesquisa se refere tanto a uma ausência nas discussões nacionais e locais sobre o tema, mas principalmente à tentativa de se contrapor a uma historiografia hegemônica para todo o Maranhão a partir de São Luís¹, a mesma que já afirmou não ter existido um partido republicano no estado.

¹ PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *As tropelias da chamada Guerra do Léda: política e rebelião no sertão do Maranhão*. Projeto de pesquisa apresentado à FAPEMA em 2011.

Desde o surgimento da revista *Annales*, em 1929, a historiografia passou a manifestar uma enorme rejeição à História Política, cuja escrita produzida até então caíra em desgraça. Os fundadores da revista *Annales* exigiam o afastamento incondicional de tudo que se aproximasse da história factual e heroicizante.

A partir da década de 70 do século passado, porém, importantes aspectos teórico-metodológicos para o estudo da “nova história política” começaram a surgir. O Estado e as instituições deixavam de ser os objetos principais da historiografia política, de modo que esta mudou de foco, passando a privilegiar aspectos sociais e suas respectivas implicações políticas.

Rémond² nos chama a atenção para a mudança introduzida pela nova História Política, afirmando: “[...] a virada da sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação”. Assim, a crítica foi feita ao estilo da História Política, tal como tradicionalmente vinha sendo escrita: de caráter factual, institucional e heroicizante. Aquela História Política, para o novo paradigma proposto pelos *Annales*, tornara-se obsoleta. Entretanto, Rémond ajudou a refletir sobre a elaboração de uma releitura da História Política, agora incluindo o social e todas as suas implicações. Isso propiciou um novo movimento historiográfico de inclusão social, que tornou o estudo da História Política mais abrangente e com novas abordagens, metodologias e fontes.

A esse respeito, o historiador brasileiro José D’Assunção Barros³ assevera que,

Enquanto a História política do século XIX mostrava a preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), já a Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelo “poder” nas suas modalidades (que incluem também os micro poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). Para além disto, a Nova História política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista por baixo”, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isso mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para o seu objeto um indivíduo, não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam ser os grandes e únicos condutores da História.

Assim, a Nova História Política possibilitou o retorno do fato, não em si mesmo, mas em suas implicações econômicas, culturais, ambientais e sociais. Há um enorme jogo político

² REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / FVG, 1996, p. 26.

³ BARROS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013, p. 107.

entre os diversos estratos da sociedade, que está se tornando cada vez mais politizada, condição indispensável para a independência do homem como ser político, tentando evitar que o poder político continue nas mãos das minorias. Esses indivíduos têm incorporado às suas práticas políticas habilidades cada vez mais necessárias para o enfrentamento dos que dominam o campo político.

O alto sertão maranhense fugia do modelo tradicional da política maranhense, através de seus líderes locais, que rotineiramente desobedeciam às ordens dadas pela direção do partido Conservador vindas da capital da província, de onde emanava o poder central. Essa disputa pelo comando do território sertanejo alcançou seu ápice quando o governo Benedito Leite (1906-1908) despachou tropas da Polícia Militar para a região com ordens expressas de confrontar os inimigos políticos. Esse fato, inclusive, constituiu uma das causas do colapso da Guerra do Léda, que será referido e discutido no último capítulo.

Em seu artigo intitulado “Da Independência à República”⁴, publicado pela primeira vez em 1900, Euclides de Cunha oferece muitos elementos para uma interpretação da relação estabelecida, no decorrer do século XIX, entre poder local e poder central. Equilíbrio, controle e conciliação eram as características da vida política estabelecida ao longo dos períodos colonial e imperial.

As forças preponderantes (locais e centrais) eram ao mesmo tempo antagônicas e complementares. O poder central tanto repelia e abafava as pretensões localistas quanto se conciliava com estas últimas, mediante enfrentamentos que poderiam colocar em questão a força daquele primeiro, que não hesitava em esmagar todos aqueles que tentassem ampliar as demandas políticas. O poder central atuava com vistas a regular, conter e controlar as aspirações do poder local.

É nesse contexto de conflitos que a região do sertão maranhense passará a ocupar mais e mais o imaginário da sociedade ludovicense e sertaneja como “região problema”. Os documentos históricos coletados e analisados ao longo da pesquisa destacam as comarcas sertanejas como localidades *fora da lei*, ocupadas por verdadeiros bandidos.

Tais documentos, encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH) e na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão (BPBL), permitiram-me construir uma nova forma de entender determinadas nuances por trás de toda a documentação. Foi possível, por exemplo, identificar de onde partiam os jornais e inquéritos policiais que desqualificavam o sertão e o homem

⁴ CUNHA, Euclides da. *Da Independência à República*. Obra completa. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1966, p. 326-376.

sertanejo por meio de noticiários que abordavam a Guerra do Léda. Paralelamente a essas análises, foram realizadas leituras que me possibilitaram um melhor entendimento sobre o sertão do ponto de vista nacional e local.

Dessa forma, no primeiro capítulo, busca-se tomar contato com os estudos sobre o sertão, apontando conceitos e análises construídos pelos estudiosos, como também compreender a trajetória histórica do sertão maranhense no processo de colonização e ocupação da área no início do século XVIII. Nesse quesito, a geografia física do sertão também será um elemento assaz importante para o entendimento dessa especialidade geográfica, formadora de processos ambientais que a tornam diferente, por exemplo, do sertão de Vaza-Barris, trabalhado por Euclides da Cunha na obra “Os Sertões – Campanha de Canudos (1902)”⁵. O sertão maranhense será aqui defendido nas linhas apresentadas pela historiadora Carlota de Carvalho (1924), na obra “O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil”⁶.

No segundo capítulo, discuto as teorias relacionadas à História da Família, buscando entender a estrutura e a base familiar ao longo do tempo, bem como as relações de parentela, nesses núcleos habitacionais do sertão. Nesse mesmo capítulo, busco compreender as estratégias políticas em torno da extensa família patriarcal que preponderava então.

Um segundo tópico do segundo capítulo contempla o *modus vivendi* da família sertaneja, ressaltando sua cultura e suas tradições. O terceiro tópico objetiva apresentar a trajetória da família Léda, sua história e genealogia no sertão de Grajaú. A escolha dessa família guarda uma relação com o conteúdo do terceiro capítulo, que aborda a Guerra do Léda, tema central desta pesquisa. Assim, com este trabalho, pretende-se, antes de tudo, que o texto sirva como uma provocação para a realização de outros estudos, mais aprofundados e que alarguem a compreensão em torno do caráter histórico-geográfico do sertão maranhense.

⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos (1902)*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

⁶ CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 2. ed. Imperatriz-MA: Ética, 2000.

CAPÍTULO I

UM GRANDE SERTÃO CHAMADO PASTOS BONS

A sociedade brasileira só tomou conhecimento da existência de um outro Brasil quando da publicação, em 1902, da obra *Os Sertões*, na qual o autor, Euclides da Cunha, mostrava um Brasil totalmente ignorado pela grande maioria dos brasileiros. Se a obra em epígrafe mereceu edições comentadas em países como a Alemanha, a França e os Estados Unidos, em nosso país inaugurou os estudos, não menos relevantes, de considerável e desconhecida parcela da cartografia brasileira, denominada *sertão*⁷.

Tal denominação foi atribuída pelos primeiros colonizadores portugueses, de modo que, desde então, por onde estes estiveram e nos locais por eles colonizados, o termo *sertão* passou a designar as “áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa e, a partir do século XV, nomeou os grandes espaços interioranos e poucos conhecidos das possessões coloniais”⁸. É nessa acepção que, ao longo deste trabalho, utilizarei o termo *sertão*.

A concepção introduzida pelos colonizadores lusitanos nas regiões de domínio português no além-mar teve seu significado ampliado por viajantes e cronistas, consolidando a ideia de que os espaços distantes do litoral eram áreas incivilizadas, incultas, em que preponderava a barbárie, uma vez que a lei e a ordem não eram respeitadas naqueles vastos territórios não alcançados pelos “braços” do Estado. Para Albuquerque Júnior, essa “região remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadramento, ao recorte e à sua análise [...] Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio comandado [...]”⁹. O acesso a essas regiões interioranas era restrito, uma vez que a máquina estatal não havia demonstrado nenhum interesse em dotá-las de uma acessibilidade adequada.

Assim, as províncias, as cidades e as vilas que compunham essas regiões sertanejas, sofriam com o problema da distância em relação aos centros maiores, com os quais tinham extrema dificuldade de comunicação. Desse modo, carregados de elementos pejorativos

⁷ Alfredo d’Escagnollel Taunay (Visconde de Taunay) publicou, em 1872, o romance *Inocência*, no qual retrata os costumes dos habitantes do leste e do sul do Mato Grosso (sertão). Em 1875, José de Alencar publicou o romance *O sertanejo*, enfocando o modo de vida do vaqueiro no interior nordestino no século XVIII. Essas obras passaram despercebidas do grande público e só vieram a se tornar referências no século XX pelos estudiosos do sertão.

⁸ AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8., nº 15, 1995, p. 147, p. 145-151.

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: FJN; São Paulo: Cortez, 2006, pág. 25-26.

devido às dificuldades mencionadas acima, os sertões do Brasil durante muito tempo de nossa história não eram vistos com bons olhos, principalmente pelos primeiros agentes oficiais da Coroa portuguesa que vieram cartografar e realizar o conhecimento dessa vasta faixa territorial.

A partir do século XIX, o sertão passou a povoar o imaginário social brasileiro, à medida que o país ousava construir sua identidade nacional, com a tentativa de homogeneizar uma região que, sendo percebida como um espaço não civilizado, era vista ora como paraíso, ora como purgatório. Para Nibert Elias (1994), “civilização” é uma forma de apreciação expressa na consciência ocidental, ao se julgar superior em atitudes, comportamentos e atividades humanas, em comparação às sociedades que considera antigas ou “primitivas”¹⁰. Em algumas concepções teóricas do século XIX, o sertão estava distante do padrão de civilidade, do comportamento visto como aceitável para uma sociedade que pretendia viver nos moldes do padrão social e cultural europeu.

As diversas formas de pensar e definir esse novo processo que ocorria em nossa sociedade culminaram numa multiplicidade de maneiras de analisar a construção da nação e de se preocupar com a necessidade de delimitação das fronteiras. Na concepção da historiadora Candice Vidal, fronteira “é um símbolo poderoso na imaginação da nacionalidade brasileira [...]. Faz parte de uma narrativa que pensa a origem e a perenidade da brasilidade em termos de sua horizontalização pelas terras que temos”¹¹. No Brasil do século XIX, a real dimensão territorial do país ainda não havia sido delimitada, do ponto de vista geográfico sobre os limites e a ausência das características topográficas¹².

Pensar um sertão meramente simbólico o excluí da existência real, concreta, tornando-o improvável. Não se pode deixar que a visão negativa, a perspectiva romântica e a concepção realista anulem um sertão participante das decisões da localidade em que se encontra inserido. “Na perspectiva romântica, o sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade, pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade [...] na perspectiva

¹⁰ Ver ELIAS, Nibert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

¹¹ SOUZA, Candice Vidal. *A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento brasileiro*. Textos de História. Vol. 4. Nº 2, 1996, p. 94-129, p. 95.

¹² Percebe-se que, no período exposto, enquanto o litoral era representado como um espaço culto, civilizado, onde reinavam a paz e a ordem, o sertão era considerado um lugar sem lei, inculto, incivilizado e distante da Modernidade, no qual a barbárie imperava e que, por isso mesmo, costumava ser simplesmente relegado ao esquecimento.

realista, a vida perde essa visão idealizada”¹³. Esses modos de ver o sertão e o sertanejo dependem do observador que entra em contato com a realidade do sertão.

Cada indivíduo carrega consigo sua “bagagem” cultural, arquitetada por meio de símbolos e discursos, criados e absorvidos não somente por quem habita seu lócus, mas também pela visão (como foi referido anteriormente) do estrangeiro, seja ele visitante, imigrante ou foragido da lei. Essas pessoas criaram narrativas e percepções próprias, as quais, quer sejam positivas ou negativas, contribuem de alguma forma para uma análise contundente sobre a sua história, suas características geográficas, seus costumes, suas práticas culturais, religiosas, artísticas e sociais, desvelando as peculiaridades do local.

Então, essa categoria geográfica também é formada por camadas do ponto de vista histórico, camadas essas ocorridas ao longo de séculos de acontecimentos, contextos sociais, vivências, fazendo com que o homem sertanejo seja visto com uma personalidade própria (herói romântico, sujeito forte, bruto), diferente do homem nascido e criado no litoral. Para Janaína Amado, “desde o início da História do Brasil, portanto, o sertão configurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”¹⁴. Tais visões entram em acordo e desacordo à medida que se constroem conceitualmente.

Um dos estudos mais recentes sobre essa temática, *Um sertão chamado Brasil*¹⁵, de autoria da pesquisadora Nísia Trindade, aborda de forma muito clara, a visão bilateral que se cristalizou no pensamento social brasileiro do final do século XIX até meados do século XX. Trata-se de uma visão dualista de um litoral moderno, por um lado, e de um sertão atrasado, por outro. Essa percepção foi construída pelos primeiros geólogos, engenheiros, militares, cientistas e literatos que adentraram o interior do Brasil, nas desconhecidas terras do interior, distantes do litoral. Na concepção da especialista,

Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A ideia de país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e as superficialidades litorâneas.¹⁶

¹³ OLIVEIRA, Lippi Lúcia. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*. Revista de História, Ciências, Saúde. Manguinhos-RJ, vol. V (suplemento), 1998, p. 195-215, p. 196.

¹⁴ AMADO, op. cit., p. 147.

¹⁵ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

¹⁶ Id., p. 17.

É essa concepção de sertão que ainda povoa o imaginário do senso comum, ao ver esse ambiente como um espaço rural periodicamente atingido pela seca e pela estiagem, onde a fome “reina” sobre a maior parte da população. Vale destacar que essa visão se origina no discurso veiculado pela mídia, sobretudo televisiva, que propaga uma imagem unívoca de sertão da caatinga ou do serrado, sempre caracterizado pelo clima seco. O sertão, no entanto, é múltiplo, apresentado grande diversidade de biomas, podendo, por exemplo, ter campinas, rios e vales férteis. Com isso, deixa-se de ressaltar múltiplas e diversificadas características geográficas e culturais dos sertões das diversas regiões do Brasil.

Esse debate historiográfico esteve bastante em voga na primeira metade do século XX, período que começaram a se delinear as primeiras noções a respeito do que seria sertão e o que o representaria. Assim, tomou-se o Nordeste brasileiro como um lugar distante do desenvolvimento e da civilização, representativo do “retrocesso”, em oposição aos avanços da Modernidade.

Para o historiador Albuquerque Júnior¹⁷, ao longo de toda a década de 90 do século XX, os discursos jornalísticos, literários, científicos e artísticos, aliados aos estudos regionalistas, elaboraram estereótipos para caracterizar os nordestinos, que, até início da década mencionada, eram genericamente designados por “nortistas”, em razão de estarem geograficamente acima das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Em sua obra intitulada *A invenção do Nordeste*, esse autor defende a tese central de um Nordeste criado por uma elite intelectual, através de uma elaboração imagético-discursiva.

O texto *Os sertões*, de Euclides da Cunha, pode ser considerado um exemplo de obra literária que generaliza esse ambiente estudado, apontando-lhe características atípicas e enigmáticas do sertão de Canudos. Para o estudioso, “lá tem um claro expressivo, um hiato, terra ignota, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras”¹⁸. Na concepção do autor, o sertão se apresentava como um lugar “desolado” e “estranho território”. Entretanto, esse sertão mostrado por Cunha precisa ser problematizado, diante do aparecimento de estudos com novas propostas, que retratam um sertão diferente, verdejante, fluvial e serrano.

O sertão generalizado por Euclides da Cunha não é o mesmo descrito pela professora autodidata Carlota Carvalho em sua obra *O sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil*¹⁹. Nesse texto, a autora analisa de forma precisa o sertão do Maranhão²⁰ em seus

¹⁷ ALBUQUERQUE JR., op. cit.

¹⁸ CUNHA, op. cit., p. 96.

¹⁹ CARVALHO, op. cit.

aspectos históricos, sociológicos e geográficos. Dotada de notória formação intelectual e inegável consciência crítica, a professora sertaneja deixa clara sua apreciação desfavorável à referida obra de Euclides da Cunha. Assim, ela se coloca contra a generalização do sertão repassada pelo autor, que reduz os incontáveis sertões do Brasil a Canudos, impossível de ser comparado ao sertão “hídrico” mostrado pela autodidata. Esse sertão se apresenta com características opostas ao sertão do Vaza Barris e se localiza na região sul do Maranhão.

1.1 O processo de colonização e ocupação do sertão maranhense

A conquista e ocupação espacial para fins de colonização da região sul da Capitania do Maranhão foi “facilitada” pela excelência de sua bacia hidrográfica, que irrigou uma grande quantidade de seus pastos, proporcionando a sustentabilidade das fazendas de gado ali instaladas. Os rios se tornaram verdadeiras estradas de águas, atraindo a penetração e a exploração de um vasto território desconhecido da Coroa portuguesa. Através deles chegaram fazendeiros, vaqueiros, escravos, negros forros, desocupados e aventureiros. Os representantes do Estado português [...] chegaram naquelas plagas no início do século XVIII, justamente quando as fazendas de algodão e a implantação de engenhos de açúcar no Maranhão davam seus primeiros passos rumo ao sul da capitania, seguindo o curso do rio Itapecuru.²¹

Pelo fragmento textual acima citado, pode-se perceber que o desenvolvimento da produção açucareira iniciado na porção norte do estado²², deu os seus primeiros passos em direção à região sul do Maranhão no início do século XVIII. Mas, à proporção que essa economia se expandia em direção ao sertão, o crescimento da atividade pastoril já havia ocupado seu espaço na região, provocando disputas entre as duas atividades econômicas. Naquele período, em razão da inexistência das avançadas técnicas da atualidade, tais atividades não conseguiram estabelecer uma convivência equilibrada. A atividade pecuária demandava extensas áreas de pastagem, considerando-se que o gado era criado de forma extensiva e itinerante; o cultivo da cana-de-açúcar, por sua vez, não era vocação daquela região, perdendo assim o seu espaço. As pastagens naturais do Maranhão se tornaram o foco principal dos criadores de gado locais e os provenientes de outros estados, como Pernambuco, Bahia e Ceará.

²⁰ Neste trabalho, quando menciono o sertão do Maranhão, refiro-me ao centro-sul do estado, porção regional oposta à região norte do Estado, área do golfão maranhense.

²¹ PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. *Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011, p. 24.

²² Vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim.

Diferentemente do que ocorreu nas regiões do entorno do Golfão Maranhense, controladas e ocupadas pelo Estado português e absorvidas pela atividade açucareira, a corrente pastoril baiana se expandiu até a região sul da província do Maranhão, determinando o processo de ocupação dessa vasta região. Essas duas frentes de expansão econômica e populacional promoveram processos totalmente díspares de ocupação territorial do Maranhão. Enquanto a frente litorânea (norte), açucareira, estava impregnada de características lusitanas, a frente sertaneja (sul), de vocação eminentemente pastoril, apresentava traços culturais do sertão da Bahia, de Pernambuco e de outros estados nordestinos de onde promanaram as diversas levas migratórias ali fixadas. Esse segundo processo colonizador se processou de forma tardia, lenta e gradual, em comparação ao primeiro²³. A região do vale do rio Parnaíba, por exemplo, só foi ocupada nas primeiras décadas do século XVIII, talvez por conta da imensidão territorial e dos conflitos com os índios que habitavam a região.

Foi através das “entradas” – expedições “originadas de diversas partes do Brasil, formadas por iniciativa oficial ou particular”²⁴ – que se foi paulatinamente acontecendo a ocupação da área em estudo. A partir da ampliação da Casa da Torre²⁵, “Francisco Dias D’Ávila em 1673 entrava no Nordeste [...] fazendo a expansão territorial, surpreendendo e pacificando os índios da região e dando logo entrada ao amplo sertão entre o baixo São Francisco, o Maranhão e as serras do Goiás”²⁶.

Da mesma forma que D’Ávila, Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho também adentraram os sertões do baixo e do médio São Francisco, assim como do Parnaíba, dizimando tribos indígenas²⁷ e violentamente impondo sua ação colonizadora no território entre o Maranhão e norte de Goiás, hoje região do Tocantins. A esse respeito, assim se reporta Cabral:

A expansão da corrente pastoril baiana está intimamente ligada à implantação dos domínios territoriais da Casa da Torre [...]. Um dos senhores da Torre, Francisco Dias d’Ávila, acompanhado de vaqueiros e sertanistas, dentre eles Domingos Afonso Sertão, comandou, em 1674, uma expedição para abater os Gurguéia que, do Piauí, incursionavam pelas fazendas do São Francisco [...] Além dos senhores da Torre e de Domingos Afonso Sertão, outros potentados baianos requereram e receberam

²³ O Norte do Estado, por sua vez, já vinha sendo ocupado desde o começo do século XVII.

²⁴ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 64.

²⁵ Espécie de mansão senhorial e morgadio que teve início na capitania da Bahia, no século XVI, e estendeu seu domínio por quase toda a atual região Nordeste.

²⁶ COELHO NETTO, Eloy. *História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1979, p. 19.

²⁷ No Maranhão, foram dizimadas as etnias dos Timbiras, dos Amanajós, dos Acoroás, dos Krahós, dos Gueguês, dos Canelas, dos Píocobges, dentre outras.

concessões de terra no Piauí e no Maranhão [...]. O devassamento do Parnaíba foi um trampolim para a penetração pelos amplos campos do sul maranhense.²⁸

Ao adentrar tais regiões, esses homens tinham como intuito primordial a ampliação de suas possessões de terras, buscando espaços propícios para a criação extensiva de gado e para o cultivo de roças, assim como áreas para refúgio. Havia casos em que determinados indivíduos solicitavam de governadores a concessão de sesmarias e, ao receberem das ordenações régias determinado limite territorial, ultrapassavam a demarcação estabelecida e ampliavam seus territórios, que assim adquiriam extensões incalculáveis.

No início do processo de reconhecimento e ocupação dos territórios, as construções costumavam ser feitas às margens de rios, ribeiras e riachos, como Canindé, Itaeira, Poti, Gurgueia e Longá, perpassando assim o sertão da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, adentrando o Piauí e posteriormente a região sul do Maranhão. Como bem mostra a imagem a seguir, o processo de migração da corrente sertaneja adentrou o sul do Maranhão e foi aos poucos palmilhando seu território²⁹.

²⁸ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008, p. 78-79

²⁹ Na figura 1, pretende-se destacar apenas esse processo.

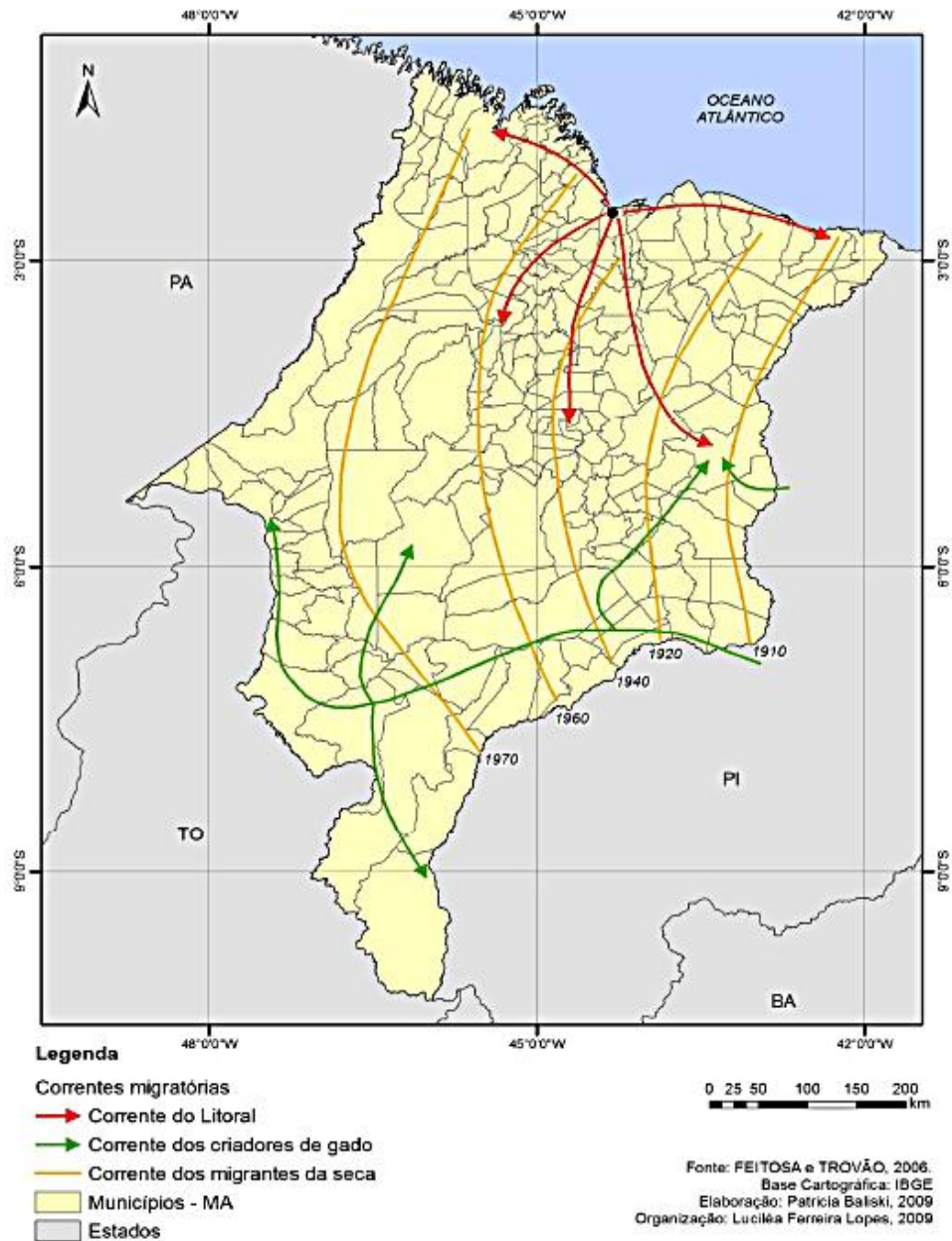


Figura 1: Correntes migratórias de ocupação do estado do Maranhão.

Fonte: FEITOSA, Antônio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. *Atlas escolar do Maranhão: espaço geohistórico e cultural*. João Pessoa: Grafset, 2006 apud KALUME, Clarisse Cavalcante. *De Boa Esperança a Cachoeira: memória e sentidos identitários às margens do Rio Parnaíba (PI / MA)*. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 21.

Como já referido e de acordo com Maria do Socorro Coelho Cabral, “a ocupação do alto sertão maranhense processou-se tardiamente em relação ao povoamento das áreas mais próximas ao litoral”³⁰. Esse processo teve início no começo do século XVIII, logo que vaqueiros e agricultores chegaram àquele imenso território que passaram a denominar de *Pastos Bons*³¹, por ser uma região constituída por rios, riachos, campos verdes, florestas e uma rica fauna, elementos fundamentais para atividades de caça, plantação de roças e criação de rebanhos provenientes de longas distâncias. Ao chegarem, esses colonos foram construindo suas primeiras habitações, rústicas, de palha. Enquanto isso, ao redor, as fazendas³² foram galgando espaços às margens das ribeiras, expandindo o comércio pecuarista, elemento fundamental para a unidade do povoamento do sertão maranhense.

Esse comércio gadeiro foi demasiadamente importante para o crescimento econômico e social da região. Sobre o comércio de gado na colônia, Prado Júnior registra:

O que realmente merece destaque neste terreno é o comércio de gado. Este sim, tem um certo vulto no intercâmbio interno da colônia. E seu papel na formação do Brasil é considerável, pois se estende sobre uma área muito extensa, como vimos, contribuiu grandemente para ligar entre si as diferentes partes do território brasileiro e seus núcleos de povoamento que de outra forma ter-se-iam conservado em segmentos estanques e sem possibilidade talvez de se unirem num bloco coeso, num único país, como se deu.³³

O trecho acima citado evidencia a importância que o autor atribui ao comércio de gado nos anos iniciais da economia colonial do Brasil. A pecuária foi de fato importante no processo econômico e social de formação do território nacional, que aos poucos foi sendo colonizado e ocupado. No caso do Maranhão, esse segmento foi bastante intenso na porção sul. A dinamização da pecuária, a relação do sertão de Pastos Bons com outras regiões recém-descobertas, como o Piauí, e a facilidade de criação dos rebanhos, que enfrentavam longos percursos³⁴, foram fatores decisivos para a instalação de fazendeiros, vaqueiros e aventureiros nos campos verdes do alto sertão maranhense.

No modelo de sociabilidade vigente nas fazendas, o proprietário era senhor absoluto, dono das terras, do gado e das gentes. Entretanto, nessa sociedade hierarquizada, o senhor das

³⁰ Id., p. 79.

³¹ Essa informação está em concordância com a obra da historiadora Carlota Carvalho (op. cit.).

³² Em seu recente estudo sobre a navegação do rio Grajaú, o historiador Alan Kardec Gômes Pachêco Filho discorre de forma clara sobre as extensões das fazendas no período da colonização de Pastos Bons. (cf. PACHÊCO FILHO, op. cit.

³³ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 117.

³⁴ O gado se alimentava dos pastos existentes nas imensas campinas do alto sertão e se dessedentava nos situados no norte do sertão de Pastos Bons. O gado, portanto, era criado solto.

terras obedecia a uma tradição do mundo pastoril: a partilha³⁵. Essa modalidade de pagamento permitia que o vaqueiro ascendesse economicamente e socialmente, pois, tendo a sorte de conseguir uma bezerra, podia aumentar gradualmente o número de garrotes de sua pequena propriedade.

Segundo João Pereira Caldas³⁶ ser “vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles, e sinônimos, com que se distinguem aqueles a cujo cargo está a administração e a economia das fazendas”. A vida nas fazendas consistia na lida do dia a dia, no trabalho com a terra, com a casa, com os utensílios. A família do vaqueiro cuidava do trato com a terra e com o gado, enquanto o potentado fazendeiro cuidava da administração e do comércio pecuarista. O fator importante nesse processo era a quantidade de “cabeças” de gado, elemento que fazia do fazendeiro coronel e chefe patriarcal.

Por volta da década de 1740, surgiu o povoado de Pastos Bons, núcleo urbano e centro irradiador do processo de ocupação territorial sertaneja. Nessa perspectiva, de acordo com Eloy Coelho Netto, “a povoação de Pastos Bons surgiu em 1744 e se iniciou em terreno de Olho D’água do Pinga, onde habitavam os Amanajó, com gente simples, que ali se agrupava naquele vale estratégico a fim de melhor defender-se das incursões”³⁷. Toda a região era habitada por inúmeras tribos indígenas que lutaram fervorosamente contra a instalação de indivíduos “brancos”.

No ano de “[...] 1820, em todo o território havia apenas a vila de Pastos Bons e alguns poucos povoados: São Félix de Balsas, Passagem da Manga, Passagem Franca, Príncipe Regente, Riachão, Chapada e São Pedro de Alcântara”³⁸. Decorrida uma década ou um pouco mais, esses núcleos urbanos haviam apresentado um pequeno crescimento populacional e muito pouca organização social. Ainda não havia cidades, apenas pequenos povoados esparsos, distantes uns dos outros. Somente por volta da década de trinta do século XIX foi que esses núcleos habitacionais estabeleceram seu caráter administrativo, tornando-se vilas.

Riachão, no entanto, constituiu um dos núcleos mais avançados no processo de ocupação territorial daquela região. Manoel Coelho Parede foi um dos principais responsáveis por essa empreitada, estabelecendo um centro para a instalação e o avanço da pecuária em Pastos Bons. Entretanto, para Carlota Carvalho, o principal interesse para a formação dessa

³⁵ Em algumas regiões do Nordeste, é também conhecida como *sorte*. O vaqueiro não recebia quase nada de dinheiro em espécie: seu pagamento era em bezerros: de cada cinco nascidos, um pertencia a ele.

³⁶ CALDAS, João Pereira. Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, Tomo LXII, Parte I, 1900, p. 88.

³⁷ COELHO NETTO, op. cit., p. 28.

³⁸ CABRAL, op. cit., p. 103.

vila diz respeito às questões religiosas dos fazendeiros e sua gente: “Pessoas ingenuamente devotas e sinceras na fé, pobres e pobras verdadeiros *ebionitas*, construíram no dito lugar, em 1808, casas em ordem de ruas e uma capela tendo como orago Nossa Senhora de Nazaré”³⁹. Os vaqueiros sentiam a necessidade de cultuar seus santos, pedindo-lhes proteção, fartura e bonança na empreitada rumo à “descoberta” de novas paragens.

Do outro lado, na margem oriental do rio Tocantins, aventureiros e ex-garimpeiros vindos do território de Goiás fundaram a vila São Pedro de Alcântara (atual Carolina). O motivo principal, nesse caso, foi o interesse pela navegação do rio que banhava a localidade, servindo como estrada natural para o comércio de mercadorias. Exatamente nesse momento, a frente pastoril baiana se encontrou com a frente goiana, fato que desencadeou um verdadeiro conflito entre ambas, que disputavam ferrenhamente pelos limites territoriais da então São Pedro de Alcântara.

É bastante provável que os interesses se concentrassem nos seguintes pontos: a atual Carolina “serviu de entreposto comercial interligando os sertões do Maranhão com os sertões do Goiás e permitiu o acesso direto das populações ribeirinhas dessas duas capitânicas com a distante capital do Pará”⁴⁰. Tais motivos fizeram com que essa localidade se tornasse alvo de intensas disputas, resolvidas somente em meados do século XVIII, quando, de fato, tornou-se território maranhense.

Mas o território que merece maior destaque neste trabalho, por ser a área delimitada para esta pesquisa, chama-se Grajaú, que precisamente na década de 1870 foi um dos mais prósperos núcleos urbanos do sertão maranhense. Essa localidade se tornou palco de sangrentas lutas político-partidárias (Guerra do Léda), empório comercial e centro de cultura literária do alto sertão maranhense. Recebendo primeiramente o nome de Porto da Chapada, essa área teve suas verdes pastagens e as margens do rio Grajaú ocupada por vaqueiros, fazendeiros e aventureiros. Em 1811, Antônio Francisco dos Reis se tornou um dos pioneiros nesse processo de ocupação, levando consigo familiares, conhecidos e empregados, que lá se fixaram e logo edificaram casas e construíram um porto na localidade, donde o motivo do primeiro nome.

A margem oeste do rio, todavia, era habitada pelos índios Timbira e Piocobjé. Três anos depois das benfeitorias de Antônio Francisco dos Reis, o vilarejo foi destruído pelos autóctones, produzindo como consequência a expulsão do pequeno núcleo de colonos.

³⁹ CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000, p. 110.

⁴⁰ Id., p. 21-22.

“Destruído, em 1814 [...] o vilarejo foi pouco a pouco reconstruído, recebendo o sugestivo nome de São Paulo do Norte. Elevado a vila em 1835, sob a denominação de Vila do Senhor do Bonfim da Chapada, ou simplesmente Chapada”⁴¹. Pela Lei Provincial nº 1225, de 7 de abril de 1881, elevou-se à categoria de cidade com o nome de Grajaú, originário da tribo dos índios Guajajara, que ocupavam a margem direita do rio. Para o historiador Pachêco Filho:

O rio Grajaú, responsável pela integração de dois espaços – o centro-sul e o norte maranhense – é cenário de histórias de duas sociedades diferenciadas: a sertaneja, distanciada do controle da esfera político-administrativo do governo estadual, marcada pela criação do gado vacum e muar, pela presença de vaqueiros e por homens de “espírito patriótico” e livres, e a litorânea, identificada pelo predomínio da agricultura, da agroexportação, da escravidão e da influência dos costumes europeus.⁴²

É perceptível a importância do rio Grajaú no início da ocupação de algumas áreas do município, que também desempenhou um papel significativo no processo e na relação econômica com outras regiões, possibilitando uma “aproximação” com a capital do estado. Os colonizadores só puderam conhecer a capital quando desceram “as margens do rio Grajaú e as do Mearim e, através deste, alcançaram o mar, chegando à sede administrativa da província”⁴³. É válido destacar: mesmo com a navegabilidade do rio Grajaú, a relação entre sertão e litoral, exceto no campo comercial, foi sempre pautada pela pretensa superioridade que os homens do litoral imaginavam ter sobre os sertanejos.

O processo de ocupação do sertão foi decisiva para a alarmante disparidade dessa região em relação a São Luís. As diferenças tornam-se perceptíveis pelas características sociais, culturais, históricas e geográficas diversas que marcam as duas extremidades do estado – o norte e o sul. Os povoados e vilas que deram origem às cidades do sertão, como Pastos Bons, Riachão, Carolina, Grajaú, dentre outras, foram importantes para a construção sociocultural dessa área por nós estudada. Os povoados mencionados foram os primeiros resultados da expansão da frente pastoril, que, iniciando a conquista a partir de Pastos Bons, marchou em direção a oeste, fundando novos núcleos urbanos, como Barra do Corda, Porto Franco, Imperatriz e outros.

O alto sertão maranhense é riquíssimo. O fato de ter recebido levas migratórias de homens e mulheres provenientes de outras localidades, trazendo seus usos e costumes, logo sincretizados às culturas sertaneja e indígena já existentes, fez daquele território uma área

⁴¹ Id., p. 88.

⁴² PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 3

⁴³ CABRAL, op. cit., p. 89.

plural, complexa, dotada de riquezas naturais e culturais ainda pouco estudadas. Por meio da imagem abaixo, pode-se ter uma ideia das vilas e povoados que compuseram a frente pastoril e verificar a direção das rotas que caminhavam sobre as terras e navegavam os rios que banhavam as localidades do vasto sertão de Pastos Bons.

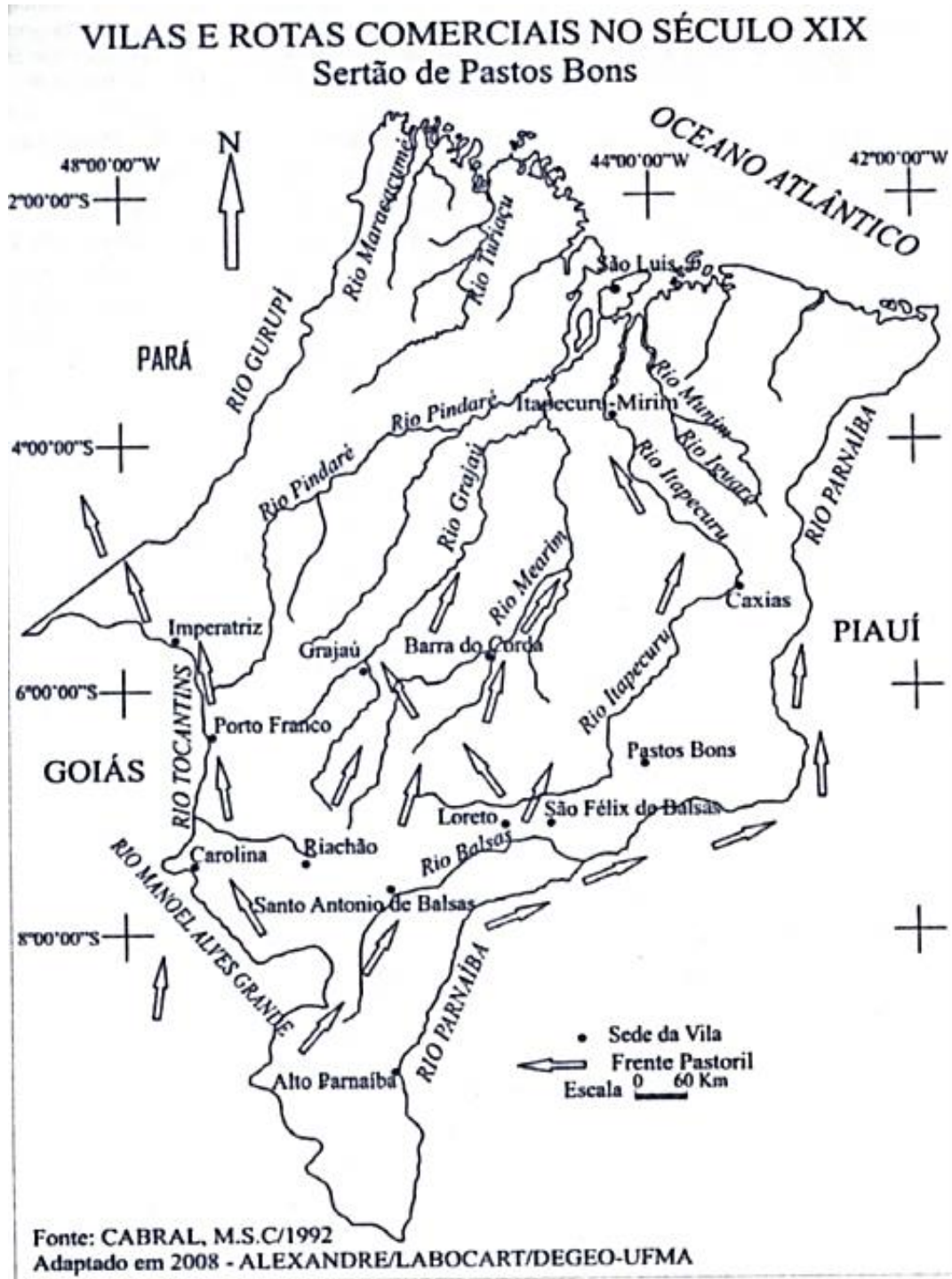


Figura 2: Vilas e Rotas comerciais do século XIX.

Fonte: CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008, p. 56.

1.2 Aspectos físico-geográficos do alto sertão maranhense

Localizado no sudoeste do estado, a região denominada sertão maranhense é pensada neste trabalho como um local movido por práticas sociais, culturais, históricas, antropológicas e ambientais. Assim, não pode ser comparado a outros sertões brasileiros, notadamente àquele retratado por Euclides da Cunha, que mostrou aos brasileiros um sertão com as seguintes características: clima predominantemente quente, seco, semiárido, com longos períodos de estiagem e sazonalidade dos cursos de água⁴⁴, além de uma flora escassa, em que predomina uma vegetação com galhos retorcidos, folhagem pequena e xerófila⁴⁵.

“O sertão ao qual nos referimos é um rico manancial. Contribuiu decisivamente com as bacias hidrográficas dos rios Parnaíba, Tocantins, Itapecuru, Mearim e Grajaú, e de suas serras nascem os principais rios do Maranhão”⁴⁶. Esses cursos de água que perpassam o estado possuem suas nascentes justamente no sul, depois deslocam-se para todo o território, desaguando no Golfão Maranhense, haja vista que o terreno é de declive no sentido sul-norte. E exatamente por ser de declive, o relevo do sul é mais elevado, possuindo inúmeras chapadas, chapadões, tabuleiros e serras, com solo arenoso, vegetação mista, matas fechadas e abertas, além de imensos campos.

Hoje, nessa região estão situados vários municípios, entre os quais os seguintes: Nova Iorque do Maranhão; Paraibano; Passagem Franca; São Francisco do Maranhão; Imperatriz; Riachão; Balsas; Carolina; Barão de Grajaú; Grajaú; Itaipava do Grajaú; Mirador; São Raimundo das Mangabeiras; Fortaleza dos Nogueiras; Formosa da Serra Negra; Pastos Bons; Lagoa do Mato; Sucupira do Riachão; São João dos Patos; Colinas; Nova Colinas; Loreto; Tasso Fragoso; São Pedro dos Crentes; Feira Nova do Maranhão. Todas essas cidades se localizam no antigo sertão de Pastos Bons, tão descrito e estudado por pesquisadores amantes desse espaço geográfico, rico em elementos relacionados à sua gente, sua história e seus encantos naturais. Vejamos no mapa sua representação:

⁴⁴ Os rios que nascem no sul do Maranhão são perenes.

⁴⁵ Adaptadas ao ambiente quente e à escassez de água.

⁴⁶ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 27.

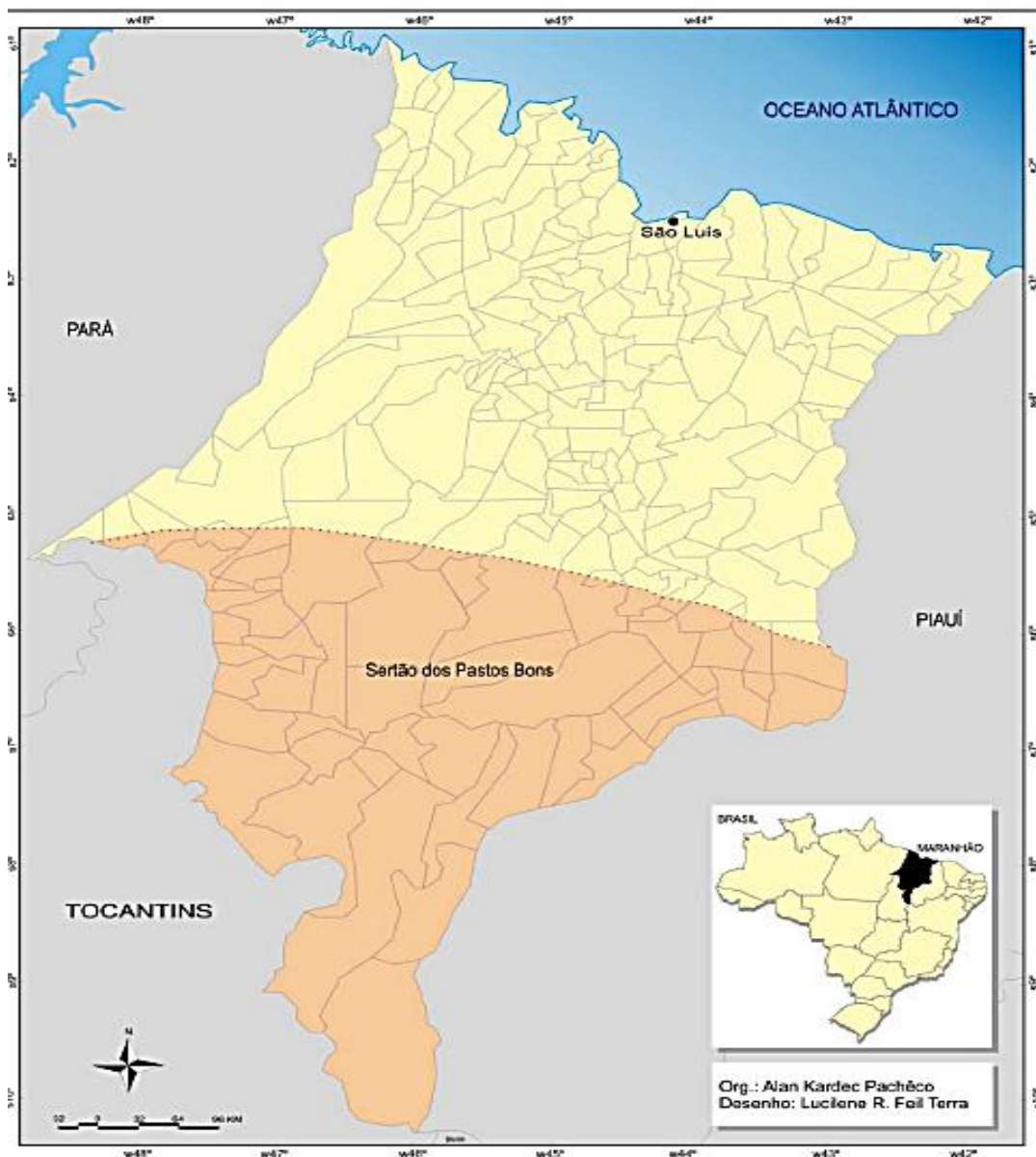


Figura 3: Mapa do sertão de Pastos Bons

Referência: PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. *Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 28.

O sertão caracterizado unicamente pela seca se apresenta diametralmente oposto ao antigo sertão de Pastos Bons, estudado por Carlota Carvalho, Maria Socorro Coelho Cabral, Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, Parsondas de Carvalho, Dunshee de Abranches, Eloy Coelho Netto e outros autores. Esse mesmo sertão foi também descrito pelo militar Francisco de Paula Ribeiro. Como não poderia ser diferente, cada um desses estudiosos aborda o espaço sul maranhense a partir de suas relações sociais e suas visões pessoais de mundo. Partindo desse pressuposto, passarei, a seguir, a analisar alguns conceitos, abordagens e descrições elaborados sobre a geografia física do sertão.

Na visão de Francisco de Paula Ribeiro⁴⁷, a localização de Pastos Bons compreendia⁴⁸

[...] Todo o espaço que do último território de Caxias se descreve até as cabeceiras dos rios Parnaíba, Balsas e Manuel Alves Grande, na altura de doze ou treze graus ao sul, somente, no entanto, povoado por quatro ou cinco mil almas livres, que empregam menos de mil escravos, e contendo como parte também de boas matas ainda devolutas, dilatadas campinas próprias quanto é possível para a imensa criação do gado.

[...] Chama-se distrito ou freguesia de Pastos Bons todo aquele terreno que desde a fazenda e riacho Serra, na extremidade sul dos limites de Caxias, cotada da beira do rio Parnaíba na povoação das Queimadas, à barra do riacho do Corrente no rio Itapecuru, se estende por entre o mesmo rio Parnaíba e o Tocantins até as margens do rio Manoel Alves Grande, como já fica relatado, limitando-se por entre as cabeceiras dos ditos Parnaíba e Manoel Alves Grande com a serra chamada do Piauí, e com a capitania deste nome por uma parte das margens deste e por uma parte também das do Turi até defronte da foz do rio Araguaia.⁴⁹ (grifo meu)

Nesse trecho, o militar português descreve com riqueza de detalhes o sertão maranhense, preocupando-se em demarcar seus limites territoriais. Nota-se que Paula Ribeiro possuía um vasto conhecimento sobre o sertão de Pastos Bons, esmerando-se em delinear cada porção e apresentar os rios que banhavam cada localidade. Dos já mencionados, podem-se citar ainda os rios Balsas, Balsinhas, Alpercatas, Mearim, Neves, Macapá, Canela e Grajaú. A designação “Pastos Bons” deve-se às condições naturais descritas por Paula Ribeiro como campinas próprias para a criação de gado, atividade que fez com que ele considerasse essa

⁴⁷O militar português Francisco de Paula Ribeiro prestou diversos serviços à Coroa Portuguesa na Capitania do Maranhão. No início do século XIX, Paula Ribeiro percorreu a região de Pastos Bons, descrevendo esse território. A respeito da figura desse militar, ver: PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 45.

⁴⁸ Este fragmento pode ser encontrado em uma coletânea organizada por Adalberto Franklin e João Renôr de Carvalho e publicada em 2007, que reúne, além dos principais textos de Paula Ribeiro, uma composição documental transcrita sobre o personagem que permite mapear os períodos nos quais ele percorreu toda a região do centro-sul maranhense, registrando por escrito suas impressões sobre a região e os tipos humanos que ali se encontravam.

⁴⁹ CARVALHO, João Renôr de. Introdução à descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão. In: FRANFLIN, Adalberto (org.). *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons*. Imperatriz: Ética, 2005, p.146.

região sertaneja como sendo de grande importância para o desenvolvimento da Capitania do Maranhão, propondo à Fazenda Real estabelecer ali fazendas de gado vacum⁵⁰.

E continua: “Criam-se por todo o distrito excelentes madeiras finas, como sejam a Aroeira, a Candeia, o Gonçalo Alves [...] dá muito óleo de copaíba [...] abundante de muitas frutas silvestres [...] as chuvas criam os pastos [...]”⁵¹. Essa descrição da diversidade da flora não destoa das descrições e observações apontadas pelo maranhense Cândido Mendes de Almeida, que, de passagem pelo sertão maranhense, realizou importantes estudos nesse território. Veja-se, através de Francisco de Paula Ribeiro, que funcionários da burocracia do Estado também produziram relatos, fosse por determinação real ou por diletantismo.

Em sua descrição, Paula Ribeiro mostra aspectos geográficos que tornam o sertão um conjunto múltiplo. Em seu texto “Descrição do Território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão”, o autor aponta os principais aspectos da topografia, da hidrografia e da climatologia desse território, assinalando às autoridades portuguesas, que se preocupavam apenas com a parte norte da província, a importância dessa região.

Reunidos em “um maço de papel abandonado”, a obra *O sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil*⁵² se tornou pioneira na literatura geográfica do Maranhão, juntamente com os escritos de Paula Ribeiro. Tal estudo traz informações sobre a região, tece comentários sobre seus aspectos geográficos, sobre a história da conquista e da ocupação do seu espaço, além de descrever a vida econômica e intelectual da região. O texto escrito pela estudiosa, embora posterior à descrição do militar Paula Ribeiro, aponta os primórdios do processo de ocupação e povoamento, ampliando e explicando de forma particularizada cada localidade que se transformou em cidade no alto sertão.

Carlota Carvalho concorda com o conceito de sertão como sendo lugar oposto ao litoral, mas não como sendo um espaço despovoado: ao contrário disso, retrata-o como um lugar cujo povo chegou vindo de longe, habitou, trabalhou, prosperou e povoou. O sertão singularizado pela autora vai de encontro aos sertões de Euclides da Cunha, pois, para ela, “o que nos sertões do Maranhão, Goiás e Mato Grosso chamam caatingas [...] não tem semelhança com a raquítica e enfezada vegetação de uma pequenina e única parte do território

⁵⁰ Id. *ibid.*

⁵¹ Id., p. 151-155.

⁵² CARVALHO, op. cit.

da Bahia”⁵³. Nesse aspecto, Carlota Carvalho reprova a generalização feita por Euclides da Cunha e aborda um “sertão no singular, um sertão mesopotâmico”⁵⁴.

Sobre a “Mesopotâmia” maranhense, a autora descreve os rios Parnaíba, Mearim, Pindaré, Grajaú, Turi-Açu e Gurupi. Faz a descrição também de algumas vilas do Piauí, do Pará e de Tocantins. Na região de Pastos Bons, descreve os rios Balsas, Farinha, do Sono e Lajeado, os riachos Macapá e Maravilha, afluentes do rio Gavião. Aborda também os rios do Meio, Carrapato, Caracol, Espingarda e Perdidas. Carlota delinea também as seguintes serras: Posse; Desordem; Cinta; Negra; Azeitão; Chuveiro; Gado Bravo e outras. E com esses elementos a pesquisadora demonstra domínio de informações sobre sua terra. Assim, descrevendo a fisiografia do sertão do sul maranhense e do norte goiano, a autora define:

No sertão que é Sul do Maranhão e Norte de Goiás, vasta região em que mal se percebe a divisão política administrativa, ainda indeterminada nas confundidas nascentes do Medonho, Caracol, Balsas [...] Nesse sertão, passado o 6º paralelo austral, deparam-se nos campos grandemente ondulados, tão altos que parecem serras de areia, vulgarmente chamados “tombadores”, formação aluvial, depósitos de areia atribuídos à denudação de altas superfícies de que são restos resistentes às chamadas serras.⁵⁵

Como se pode perceber, Carlota Carvalho chama a atenção do leitor para os elementos íngremes que “desenham” a região. Os “tombadores” são pontos importantes para a caracterização da fisiografia sertaneja. Essa formação aluvial percorre com frequência os cursos de rios, lagos, olhos d’água e igarapés. Tais elementos, presentes na topografia daquele terreno e descritos por Carvalho, são parte importante da realidade geográfica sertaneja.

Outra obra que oferece uma representação significativa do sertão maranhense é *A esfinge do Grajaú*⁵⁶, escrita por Dunshee de Abranches e contendo relatos sobre o clima político e sobre as lutas sangrentas ocorridas no Grajaú, as quais se alastraram por todo o sertão maranhense. A obra traz também informações sobre a sociedade, os costumes e os hábitos sertanejos. Em 1888, Abranches foi nomeado pelo presidente da província, Moreira Alves, para o cargo de promotor público do município de Barra do Corda. Nesse posto, incumbia-lhe escrever relatórios sobre as insurreições que aconteciam corriqueiramente, principalmente em Grajaú.

Seguindo o curso dos rios no barco a vapor, Abranches fez uma narrativa de sua viagem até a cidade de Barra do Corda:

⁵³ CARVALHO, op. cit., p. 131.

⁵⁴ PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 67.

⁵⁵ CARVALHO, op. cit., p.94-95.

⁵⁶ ABRANCHES, Dunshee de. *A esfinge do Grajaú*. São Luís: ALUMAR, 1993.

A essa altura, o rio cada vez mais se tornava tortuoso e corredio. Sucediavam-se curvas sobre curvas, formando às vezes perfeitas penínsulas [...]. Ao entrarmos em uma das mais lindas retas do rio, cujas margens estavam bordadas de variegadas flores silvestres, o apito da máquina silvou fortemente, espantando os passageiros.⁵⁷

Nesse fragmento, o autor expõe ao leitor os caminhos percorridos no rio Mearim até chegar ao seu destino final, a cidade de Barra do Corda, localizada no centro-sul maranhense. Inicialmente, o promotor vê esse lugar como inusitado, algo inóspito, pois sai da cidade e imigra para o sertão, levando na bagagem uma ideia pejorativa da região. No entanto, ao pisar em solo sertanejo, Abranches se encanta com o que observa e, com o tempo, desconstrói a visão tão negativa da natureza do sertão e do *modus vivendi* do homem sertanejo.

No entanto, diferentemente do que ocorre nas obras de Francisco de Paula Ribeiro e Carlota Carvalho, percebe-se que o texto de Dunshee de Abranches é uma memória e aborda mais uma perspectiva do modo de vida social e político do sertanejo. O autor elabora sua narrativa descrevendo os acontecimentos do movimento republicano nos municípios de Grajaú, Barra do Corda, Pastos Bons, Riachão e Carolina. Embora a demarcação das fronteiras do Maranhão com o Goiás já tivesse sido definida por Francisco de Paula Ribeiro, a obra de Abranches relata dois importantes momentos: a fundação do jornal *O Norte*, em Barra do Corda, e a transição política do Império para a República.

Como relatado aqui, nas últimas décadas, as obras de Paula Ribeiro, Carlota Carvalho, Dunshee de Abranches e outros intelectuais maranhenses estão sendo retomadas. Essas produções recentes se inserem num contexto acadêmico de retomada do sertão maranhense como categoria historiográfica e como região que viveu importantes tensões políticas e sociais. Esse processo de retomada, que no centro-sul do Brasil vem sendo delineado desde a década de 50 do século XX⁵⁸, passa a se concretizar no Maranhão a partir da década de 1990, com trabalhos importantes, que abordam temáticas relacionadas com o sul do estado.⁵⁹

O pensamento social brasileiro, principalmente dos pesquisadores relacionados aos campos da Antropologia e da Sociologia, já vinha debatendo e produzindo sobre o sertão brasileiro e suas diversas representações literárias, geográficas, historiográficas e antropológicas. No entanto, tais questões precisam adentrar de forma significativa as nuances

⁵⁷ Id., p. 66.

⁵⁸ Cf. AMADO, op. cit.

⁵⁹ Destaca-se aqui os mencionados estudos de Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, Carlota Carvalho, Maria Socorro Coelho Cabral, Parsondas de Carvalho, Dunshee de Abranches, Eloy Coelho Netto, Francisco de Paula Ribeiro, dentre outros.

das pesquisas acadêmicas e dos estudos escolares. O sertão maranhense precisa ser estudado, problematizado e debatido, por ser um espaço geográfico possuidor de riquezas, pluralidades e que teve e tem uma significativa importância no processo de ocupação e colonização do Maranhão.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA SOCIAL NO ESTUDO DA FAMÍLIA NO BRASIL: um diálogo historiográfico

Nas últimas décadas, têm-se verificado um crescimento no número de trabalhos historiográficos que tomam como objeto famílias ou agrupamentos parentais em suas mais diversas formações. Desde os importantes trabalhos de Gilberto Freyre⁶⁰ sobre a formação da sociedade nordestina, numa ampla tentativa de interpretação do Brasil, essas discussões vêm se ampliando consideravelmente nos últimos anos⁶¹. Abrangendo aspectos materiais, relacionados à História Cultural, e até modelos de inserção de poderosas famílias em cenários políticos, observa-se um diálogo crescente entre a História e outras Ciências Sociais, campo no qual, desde finais do século XIX, já se vêm discutindo os conceitos de família, sua formação e seus desdobramentos em diferentes sociedades⁶². No conceito elaborado por Burguière, família é

Um termo largamente empregado nos escritos acadêmicos e populares, e não é fácil enumerar todos os seus significados. [...] A palavra família vem do latim, um derivado de *famulus* (servente) e, portanto, não descreve exatamente o que nós entendemos por família. Hoje o termo família cobre os vários grupos de parentes, todas as pessoas vivendo na mesma casa, todos os descendentes de um mesmo ancestral. Contudo, a extensão destes vários tipos de relacionamentos tem variado de lugar para lugar e de tempo para tempo.⁶³

Será a historiografia inglesa, no entanto, que desenvolverá os mais inovadores e amplos trabalhos sobre a família, em parte pela imensa quantidade de fontes e recenseamentos que sempre estiveram disponíveis na Inglaterra⁶⁴. No Brasil, para além de discussões teóricas

⁶⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

⁶¹ Nesse primeiro contexto de organização familiar, a família estava estruturada socialmente pelo chefe da família, sua mulher, filhos e netos. Um segundo núcleo de membros frequentemente se formava, por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos.

⁶² Alguns dos mais notáveis autores que, ainda nos tempos de definição do campo da Sociologia, desenvolveram essas reflexões foram: WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002; SIMMEL, George. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983; DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 2000.

⁶³ BURGUIÈRE apud TÂNIA. Família e Historiografia. *Politeia: História e Sociologia*. Vitória da Conquista, vol. 2, n. 1, 2002, p. 1-25, p. 8.

⁶⁴ Os primeiros estudos na área da História Social sobre família partiram de historiadores demográficos que, no século XVI, na França e na Inglaterra, usaram registros de casamento, batismo e de óbito das paróquias para compreender os tipos de unidades domésticas existentes. Para uma melhor compreensão, ver: FONSECA, Cláudia. A História Social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 27, 1. sem. 1989, p. 51-73, p.52.

em torno dos domínios do público e do privado, inicia-se uma discussão em torno da dimensão política dessas famílias, particularmente na formação da sociedade patriarcal e do coronelismo⁶⁵. No entanto, trabalhos recentes não se detiveram apenas nas famílias brancas e pertencentes aos grupos da elite, mas se preocuparam, também, nas formas de organização, reprodução e resistência das famílias marginalizadas, como as famílias escravas e as dos imigrantes⁶⁶.

Luiz de Aguiar Costa Pinto⁶⁷ demonstrou que a instituição familiar se firmou no Brasil como o centro de produção religiosa, econômica e política, e sobre ela nenhuma outra instituição tinha poder. Na concepção do autor, sua base era o casamento, que seguia as leis civis codificadas em Portugal e, a princípio, eram constituídas por grupos de convívio ou parentelas. Antes dele, Raymundo Faoro⁶⁸ já chamara atenção para a reprodução, no Brasil Colonial e posteriormente do Brasil Império, de modelos de família tipicamente encontrados nas sociedades ibéricas, com modificações locais⁶⁹.

A afirmação de Luiz de Aguiar Pinto se mostra coerente, ao afirmar que o casamento foi uma das instituições que mais contribuíram para a dominação política e econômica na sociedade brasileira, uma vez que costumeiramente ocorriam dentro de um mesmo grupo, preservando, assim, o patrimônio e o poder das famílias abastadas. Como destacaram vários estudiosos, os casamentos também aconteciam de acordo com os bens que os indivíduos possuíam. No intuito de perpetuar ou aumentar suas fortunas e galgar os espaços públicos administrativos, os grupos abastados buscavam o quanto antes a união conjugal de seus membros com indivíduos da mesma classe social, representando a união de interesses dentro de uma sociedade que queria se mostrar elitizada.

Nessa mesma linha de interpretação, destaca Eni de Mesquita Samara: “os casamentos predominaram em certos estratos da população e estiveram preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a

⁶⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶⁶ Cf. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007; MOTTA, José Flávio. *Família escrava: uma incursão pela historiografia*. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 9, n. 16, jun. 1988, p. 104-159.

⁶⁷ PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.

⁶⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

⁶⁹ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vistismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 1995. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1995.

elite branca⁷⁰. As formas de união entre extratos menos abastados da população ocorriam em outros formatos, muitas vezes não lançando mão da cerimônia oficial católica, em razão dos custos que ela apresentava. Esse comportamento, como conclui a autora, evidencia os mecanismos de reprodução e diferenciação social utilizados, pois, num universo marcado pela escravidão e por uma imensa massa pobre, apenas uma pequena elite tinha acesso a todo o processo de matrimônio, incluindo negociações políticas e financeiras.

É importante, também, destacar-se que os casamentos eram utilizados por muitos para a incorporação do sentimento de pertença às famílias mais tradicionais. Desde o início do processo colonizador, a “nobreza da terra” se utilizava das uniões conjugais – muitas das vezes com desvantagem para uma das partes – para conseguir sua inserção em modos e práticas culturais pertencentes a determinado grupo. Esse comportamento, já vigente nas sociedades ibéricas, reproduziu-se no Brasil com ingredientes a mais, já que a definição de “nobre” era de todo problemática, até mesmo para a sociedade colonial.

A exigência do dote na negociação do casamento – na maioria das vezes não se facultando aos noivos ou principalmente à noiva o desejo da união – transformava-se em verdadeiro campo de definições, visto que o acordo estabelecido em torno dele determinava ou não, em alguns casos, se se recorreria ou não à cerimônia religiosa. Essa prática, como mostrou *Elizabeth Sousa Abrantes*⁷¹, permaneceu inalterada até os primórdios da República, mantendo os mesmos significados, embora com outras roupagens.

Essas primeiras análises, dimensionadas no alvorecer da República, como destacado, partiram de célebres estudiosos, como Gilberto Freyre⁷², Oliveira Vianna⁷³, Luís de Aguiar Costa Pinto⁷⁴ e Alcântara Machado⁷⁵. Ainda numa tradição ensaística, que buscava entender a “formação” das estruturas políticas e culturais do Brasil, esses trabalhos não se furtaram a largas definições conceituais, muitas das quais, como se percebe, em clássicos do pensamento social, econômico e historiográfico brasileiro, imbuídas de preconceitos e de noções conservadoras típicas de alguns estudiosos vinculados a grupos intelectuais tradicionalistas.

Tais estudos buscaram entender os grandes clãs senhoriais e as famílias parentais que se formaram no período colonial do Brasil e como esta sociedade caminhou ao longo do

⁷⁰SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989, p. 87.

⁷¹ABRANTES, Elizabeth Sousa. *O dote é a moça educada*: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.

⁷²FREYRE, op. cit.

⁷³VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920.

⁷⁴PINTO, Luís de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*: era colonial. São Paulo: Nacional, 1980.

⁷⁵MACHADO, Alcântara. *Vida e morte dos bandeirantes*. 3.ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

tempo. Já em outro momento, nas décadas de 50 e 60 do século XX, essas primeiras teorias sofreram um processo de reformulação, em que o casamento e o divórcio passaram a ser tratados como objetos de estudo. Também se observa o enfoque dado aos aspectos regionais de classe, ao papel da mulher na sociedade, no que se refere à sua integração ao meio social e ao seu núcleo doméstico⁷⁶.

Foi, entretanto, na década de 70 do século passado, por meio de documentos manuscritos e impressos, que os historiadores lançaram um olhar mais atento para a historiografia da família, analisando o que já havia sido escrito e elaborando novos apontamentos. Nessa perspectiva, as redes de dependência familiar, como os vínculos sanguíneos, os laços de apadrinhamento e as redes de solidariedade baseadas no sistema patriarcal, começaram a ganhar espaço nas pesquisas. Dessa maneira, percebe-se, a partir desse período, um desejo de ampliar a tão “simplificada” família brasileira, trabalhando seus núcleos, suas redes e suas conexões.

A esse respeito, afirma a historiadora Maria Tayra Teruya, dedicada ao estudo da família brasileira:

O estudo da família brasileira está vinculado a dois posicionamentos conceituais específicos: um primeiro, que projeta-se a partir do modelo de família patriarcal como sendo um modelo a-histórico de família brasileira; e um segundo, onde este modelo é revisto.⁷⁷

O primeiro “posicionamento”, segundo a autora, nos mostra que essa grande família patriarcal⁷⁸ controlava e ditava toda a ordem social e se autodefinia como “civilizadora”. Somente ela podia organizar outros grupos familiares que se encontravam à margem de qualquer ordem patriarcal. Já o segundo, ainda na concepção da Marisa Tayra Teruya, “é marcado pela percepção de que o poder absoluto da família patriarcal obscureceu outras formas de organizações familiares que se organizaram por todo o território nacional”⁷⁹. Ou seja, essa família patriarcal, que se mostrava tão poderosa e controladora, não representava

⁷⁶ Cf. SAMARA, op. cit.

⁷⁷ TERUYA, Marisa Tayra. *A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas teóricas*. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, 2000. p. 1-25, p.2.

⁷⁸ Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Antonio Cândido defenderam a tese de uma família patriarcal rural e extensa no século dezanove e anteriores, já nuclear quando transplantada para um ambiente urbano e moderno, no século XX. Mas Eni de Mesquita Samara desconstruiu essa ideia e foi de encontro às análises até então colocadas sobre a ideia de família patriarcal, que, segundo Gilberto Freyre, predominara na sociedade colonial brasileira. Segundo a autora, a família patriarcal assumiu características regionais e variou com o tempo. Em São Paulo, por exemplo, as famílias extensas, tal como descritas pela historiografia tradicional, não constituíram norma predominante (SAMARA, Eni de Mesquita. Uma contribuição ao estudo de estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu (1780-1930). *Revista de História*. São Paulo, 1976, v. 105, p. 33-45.

⁷⁹ TERUYA, op. cit., p. 2.

toda a sociedade. Havia outros modelos de grupos familiares que, mesmo não tendo participação na vida pública e política, estabeleciam relações e mantinham conexões específicas com outros grupos, os quais eram considerados “pequenos” para a primeira ordem.

Os sociólogos que analisaram detidamente a família, suas conexões, seus núcleos e as suas contribuições para a formação da sociedade brasileira defenderam com entusiasmo a importância desse objeto de estudo para a socialização do meio, apontando a família como principal agente nesse processo. Para pesquisadores dessa área, existiram duas espécies ou classificações de família: a “família nuclear”, formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos do casal; e a chamada “família extensa”⁸⁰, composta por grupos de pessoas unidas por laços sanguíneos ou não. Esses dois tipos coexistiram ao longo da história do Brasil: famílias compostas pelos integrantes “principais”, mas também que agrupavam outros indivíduos, formando um grande núcleo.

Já na década de 80 do século passado, tais estudos sofreram um processo de diversificação, provocando uma guinada no campo historiográfico, com o aparecimento de novas representações sobre a família escrava no Brasil, como referido no começo deste capítulo. Assim, percebe-se que a categoria *família*, no Brasil, foi primeiramente interpretada por antropólogos e sociólogos pioneiros nesse campo de estudos, através da corrente interdisciplinar propagada a partir da França, com os *Annales*⁸¹, e da Inglaterra, com os estudos estatísticos.

Nos anos 90 do século XX, a história da família “chegou renovada, movimentando-se de uma visão limitada como unidade estática no tempo para ser examinada como um processo ao longo da vida inteira de seus membros”⁸². Dessa maneira, a historiografia nacional tem demonstrado, ao longo dos séculos, um grande interesse em estudar as famílias e suas redes, nas mais variadas formas de poder, dialogando com áreas da Sociologia, da Antropologia e da História, no intuito de compreender sua permanência e sua transformação evolutiva ao longo das décadas. Tais estudos foram inicialmente limitados, mas ganharam forças à medida que as pesquisas foram acontecendo e se multiplicando. Então, neste primeiro

⁸⁰ Normalmente, a expressão *família extensa* era usada para se referir a várias gerações de famílias nucleares que moravam em uma residência compartilhada. Linda Lewin analisa com excelência a organização de cada grupo familiar na Paraíba, discute os ascendentes maternos e paternos, os indivíduos incluídos na família por meio de compadrio, as relações de adoção, dentre outros assuntos. Ver LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 117.

⁸¹ Foi um movimento de renovação da historiografia fundado na França por Marc Bloch e Lucien Febvre no final da década de 1920.

⁸² TERUYA, op. cit., p. 2.

ponto, este texto se preocupa em fazer uma revisão bibliográfica, buscando examinar algumas teorias acerca do estudo da família no Brasil, com o intuito de compreender a sua evolução, para então destacar o *modus vivendi* da família sertaneja maranhense.

2.1 O *modus vivendi* das famílias sertanejas: tradição e política

A contraposição entre modelos de explicação da formação social e política do Brasil que incidem ora sobre um modelo patriarcal rígido, ora sobre práticas mais dinâmicas e variadas, manifesta a preocupação em pensar a família como núcleo importante para a reprodução de práticas políticas e sociais de longa duração⁸³.

A conjuntura da transição do Império para a República não representou, como definiu Emília Viotti⁸⁴, rupturas efetivas na estrutura social e nas instituições, no âmbito das quais se percebem a continuidade de várias formas e padrões. Na dimensão social da família, da sua composição e reprodução, não se pode determinar que tenham ocorrido modificações substanciais em razão da mudança de regime. A diminuição do poder eclesiástico, nesses processos, deu-se apenas gradativamente, e a regra do matrimônio civil se estabeleceu apenas após a proclamação da República.

O que se pode afirmar acerca das formas de constituição familiar e das estruturas do matrimônio nas regiões distantes do litoral, “isoladas”? Os questionamentos desse suposto isolamento já estão desacreditados, pois a montagem de canais de comunicação litoral-sertão ocorreu por via de complementação, e não de oposição. Nesse sentido, por mais que se encontrem, ainda no alvorecer do novecentos, práticas “tradicional” de composição matrimonial, como o dote, muitas outras práticas podem ser identificadas ou mesmo analisadas em seu viés político.

Nas crônicas do livro *Viajando o sertão*, Luís da Câmara Cascudo descreve o relato de uma viagem realizada pelo sertão nordestino ao lado do interventor federal, Mário Câmara, e de outras autoridades, feita em junho de 1934. Na Crônica IX, o autor descreve, comenta e analisa os “Fundamentos da família sertaneja”, abordando de forma rápida, no primeiro momento, a povoação do sertão do Rio Grande do Norte em fins do século XVII e início do XVIII.

⁸³ O termo *longa duração* pode ter consistido em uma estrutura que permanece ao longo do tempo. Na concepção de Braudel, as civilizações não mudam tanto quanto se imagina: elas são feitas mais de permanências do que mudanças, apresentando assim uma certa essência. Cf. BRAUDEL, Fernand. (1984). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes. 1984.

⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Nesse processo de colonização e ocupação do homem sertanejo, “as famílias seguiam o chefe que ia fazer seu ‘curreal’ nas terras sabidamente povoadas de paiacunas, janduís, panatis, pégas, caicós atrevidos, jarretando o gado e trucidando os brancos”⁸⁵. Dessa maneira, seguindo os “passos” do chefe de expedição, as famílias se fixavam às margens dos rios, expulsavam os índios que ali viviam e reorganizavam a partir dali sua nova moradia, colocando em prática seus modos de socialização familiar. Assim,

Tivemos, pois, como fundamento da família sertaneja o homem pastoril, afeito às batalhas do campo, às necessidades das descobertas de novas pastagens [...] O páter-famílias surgiu espontaneamente, como apareceria o “chefe”, da própria função social e econômica, sendo mais bem aparelhado para resistir, auxiliar e vencer. [...] Os troncos seculares que foram replantados de Portugal pertenciam aos “homens bons” ou à fidalguia das ilhas, agricultores e criadores de São Miguel, Terceira e Faial. Os Soares, Araújo, Bezerra, Medeiros, Raposo da Câmara, Fernandes, Cunha Nogueira, Ferreira de Melo, Pimenta, Queirós, Vieira, vinte e outros nomes, vinham com a certeza do combate áspero contra o selvagem, contra a natureza sem adaptação às exigências do homem europeu, contra as maneiras de alimentação [...] Eis por que diferenciamos o sertanejo etnicamente. Ele ficou, séculos, quase sem misturar-se, casando nas famílias aparentadas [...] Essas famílias tradicionais que dominavam regiões inteiras, distribuindo ordens com naturalidade feudal [...] são herdeiras diretas dos povoadores [...] núcleos de irradiação civilizadora e contínua.⁸⁶

O fragmento acima possibilita perceber, na visão de Cascudo, que a formação do homem sertanejo sofreu uma imensa influência portuguesa. A família estava baseada, sobretudo, no modelo europeu, o que é, ao longo de sua escrita, constantemente enfatizado e colocado como ponto principal nesse processo de conquista. O homem sertanejo foi adjetivado como forte e viril, tendo chegado àquelas “paragens” com o intuito de “desbravar” o “desconhecido”. Geralmente, os líderes dessas frentes chefiavam os grupos familiares no sertão do Rio Grande do Norte. Tais grupos familiares, pertencentes a fidalguias, traziam em suas veias sangue das grandes famílias tradicionais portuguesas, que, na América Portuguesa, controlavam todo o sistema político e administrativo do sertão, fundamentando, nessa perspectiva, os costumes e as práticas do homem sertanejo.

No caso do sertão maranhense, que nos interessa mais de perto, o processo de formação e organização dessas famílias estava ligado aos costumes e tradições trazidos por lavras de imigrantes que chegaram à região sul do Maranhão no início do século XVIII. Assim,

⁸⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o sertão*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009, p. 47.

⁸⁶ Id., p. 47-49.

não se encontra, nem nas descrições documentais nem na bibliografia sobre a região, oposição ou novidade na forma como se davam as relações entre esses indivíduos e seus grupos familiares. A historiografia sobre o sertanejo das regiões intestinas registra muito residualmente essas práticas, sem se deter em pormenores.

Na concepção de Sandra Regina dos Santos⁸⁷ “a célula desta sociedade era a família patriarcal, integrada pelo pai, seus dependentes e agregados. Cada família conduzia-se sob suas próprias regras e normas, sendo comum naquele espaço a eclosão de conflitos entre elas”. De fato, os conflitos eram bem rotineiros e envolviam a todos aqueles que estavam integrados ao grupo familiar. Percebe-se que esses grupos eram constituídos por pequenos e/ou grandes lavradores e fazendeiros vindos de Pernambuco e da Bahia, que ocuparam, logo no processo inicial de povoamento, os rios e as ribeiras da antiga região de Pastos Bons, da mesma forma como se efetivou no sertão do Rio Grande do Norte, em fins do século XVII, conforme já descrito por Câmara Cascudo.

As poderosas famílias do sertão maranhense denunciavam hierarquias e gradações reconhecidas e respeitadas, como, por exemplo, as famílias Léda e Moreira. Essas famílias estavam inseridas em uma sociedade composta por grupos diversificados, aos quais era atribuído, conseqüentemente, status sociais também diferenciados. Cada núcleo possuía um determinado grau de valor e importância naquela meio que cercava o cotidiano e as práticas de vida do homem sertanejo. Este, geralmente chefe de família, era idealizado por ser vigoroso e honrado, combatente contra o mal, por meio da demonstração de força, habilidade e violência.

“A cultura popular sertaneja teria incorporado a violência e a valentia como um código social de conduta e um *ethos* baseado na violência por atavismo (chamamos esta “ética” de “código de honra” do “cabra-macho” pré-civilizado) aos hábitos e aos costumes cotidianos”⁸⁸. O conjunto desses elementos formou a base familiar da elite sertaneja. Nesse ponto, os preceitos de moral e honra deveriam legitimar ou reafirmar o valor do homem sertanejo. Franklin Távora, em nota ao seu romance “*O cabeleira*”, de 1876, afirma que “Cabra é também ali [no sertão] voz sinônima de homem, ou talvez mais particularmente de homem forte, sujeito destemido e petulante [...] E cabra danado é frase muito usada no

⁸⁷ SANTOS, Sandra Regina dos. O sertão maranhense no contexto da Balaiada: conflitos e contradições. In: Simpósio do Maranhão Oitocentista, 2., 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UEMA, 2011. p. 1-14.

⁸⁸ ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 32.

vulgo”⁸⁹. Luiz Gonzaga, em sua composição *Xote dos cabeludos*, alude ao “cabra macho” nos seguintes termos: “No sertão de cabra macho, que brigou com Lampião, brigou com Antônio Silvino, que enfrenta um batalhão, amansa burro brabo, pega cobra com a mão, trabalha sol a sol, de noite vai pro sertão rezar pra Padre Ciço e falar com Frei Damião [...]”.

A representação do “cabra macho”, levantada por Távora e cantada pelo mestre do baião, Gonzagão, ainda é vigente no seio das famílias tradicionais sertanejas do alto sertão maranhense, e de outros estados brasileiros, sobretudo do nordeste. A honra familiar devia estar em volta desse elemento-chave, latente nessas sociedades. A historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral, discorrendo sobre a vida social nos primórdios da ocupação dos campos sul-maranhenses, comenta que “o embrião dessa sociedade foi a família patriarcal, integrada pelo fazendeiro e seus dependentes. O chefe da família, proprietário de muitas terras, [...] exerceu amplo domínio sobre vastos territórios e sobre a massa trabalhadora a ele direta ou indiretamente ligada”⁹⁰.

Continuando sua abordagem, a historiadora explica o aparelhamento do poder local que estava sob o domínio dos grandes fazendeiros; retrata as festas populares, os hábitos, os comportamentos; relata as vaquejadas e os eventos religiosos, os quais “foram elos entre as propriedades ganadeiras, pois, nas vaquejadas, grande número de vaqueiros se reuniam, expressando seus sentimentos e manifestações culturais, em convívio social simples e descontraído”⁹¹. É válido notar que, em geral, os grupos que realizavam esses festejos faziam parte da mesma parentela e ali também realizavam suas negociações clientelistas – as trocas políticas – as quais estavam sempre em jogo no cenário, tanto das grandes quanto das pequenas localidades.

Outro autor que discorreu sobre a organização da família sertaneja maranhense e suas práticas políticas e culturais foi Dunshee de Abranches, em seu livro *A esfinge do Grajaú*, obra também comentada no capítulo anterior. Mas aqui pretende-se enfatizar o momento em que o autor comenta sobre “Uma noite entre vaqueiros” na fazenda do capitão Rosa Lima. Esse relato deixa entrever a mesma análise realizada nos parágrafos acima: uma sociedade constituída pelo modelo de família patriarcal, que estabelecia vínculos extensos e apresentava práticas socioculturais análogas. Tal prática é descrita por Abranches⁹² da seguinte forma:

⁸⁹ Ver: TÁVORA, Franklin. *O cabeleira*. Fortaleza: ABC Editora, 2001, p. 165.

⁹⁰ CABRAL, op. cit., p. 123.

⁹¹ ARAÚJO, op. cit., p. 133.

⁹² ABRANCHES, op. cit., p. 66.

Indo cumprimentar o casal Rosa Lima, recebi convite para assistir naquela tarde o rodeio do seu gado [...] Dentro desse círculo de paus-a-pique, ligados por fortes embiras, fervilhavam centenas de cabeças inquietas de animais [...] Do oitão da casa, surgira a galope no seu fogoso tordilho a formosa dona da malhada [...] A filha de Leão Léda era recebida com palmas de toda sua gente [...] Moradores da vizinhança com as famílias, entre as quais se viam amazonas de todas as idades com as longas saias de chita de cores variegadas, abertas em leque sobre as ilhargas das montarias, tinham vindo participar da festa [...] Todas as fases do rodeio iam sendo acompanhadas com algazaras e explosões de gargalhadas dos assistentes [...] a noite caíra suavemente aumentando a alegria dos vaqueiros que iam se reunindo em grandes grupos ao redor da fogueira [...] Começavam cortando a cabeça inteira de uma vitela, e conservando-lhe o próprio couro [...] Viviam por ali vaqueiros seus e alguns parentes [...] E fiquei assim [...] sentindo de perto a doce poesia dos sertões e o encantamento das lendas e novelas do coração da selva maranhense.

As palavras de Dunshee de Abranches descrevem uma manifestação cultural ainda muito praticada no Nordeste: a vaquejada, principal festa da cidade maranhense de Paraibano, localizada nos domínios do sertão dos Pastos Bons. Tal atividade possui grande significado para as comunidades do sertão maranhense, que se reflete no modo de vida desses indivíduos. Para compreendê-la, é necessário adentrar o espaço social e desvendar sua constituição e suas práticas.

O modo de vida dos sertanejos maranhenses está intimamente relacionado à criação de gado e aos cultivos de subsistência. Esse tipo de festa, relatada pelo autor, no fragmento acima, atrai o sertanejo e reforça sua identidade territorial, tornando-se, também, o momento em que as famílias se unem para festejar as laçadas do gado, degustar a culinária local, assistir às mulheres desfilando com suas saias de chita e os homens exibindo seus ternos de couro.

Nessas situações festivas, as famílias, aliando-se umas às outras, agrupavam-se e contribuíam para a organização da tradição cultural. Ali, nada devia acabar com a festa: a alegria era o ponto principal e a tristeza praticamente inexistia. As serras e as chapadas ajudavam a desenhar o espaço sertanejo; a rima, as prosas, a cantoria e as músicas davam o tom; as fogueiras clareavam o ambiente. Tais festejos ocorriam geralmente em fazendas e sítios distantes dos centros das antigas vilas. Os indivíduos que viviam distantes da vida pública e administrativa só se deslocavam até a cidade em épocas de eleição ou nos dias de feira.

Assim, era nesse ambiente ora calmo, ora agitado, também sangrento, esverdeado, desenhado por rios, grandes pastos, chapadões, gado, gente valente, aventureiros e covardes que construíram a história do sertão maranhense. Com a intenção de ilustrar o *modus vivendi*

do sertão maranhense e mostrar suas complexas configurações e vinculações, escolhi, dentre as famílias habitantes desse sertão tantas vezes aqui mencionado, a família Léda.

2.2 A família Léda: genealogia e organização

Essa família traduz com precisa objetividade o que seria uma família política e no sertão maranhense. Seus membros se envolveram em grande parte dos acontecimentos políticos da região – desde o período colonial até a República no Maranhão – e ocuparam os mais altos postos de poder na máquina pública da antiga Vila da Chapada, atual município de Grajaú. A formação de sua numerosa prole ocorreu a partir da união matrimonial do ex-comerciante português Antônio Rodrigues de Miranda Léda com Leocádia Moreira, pertencente a uma rica e influente família da comarca de Pastos Bons. Antônio Rodrigues Léda veio de Portugal e conseguiu a cidadania brasileira em 22 de junho de 1869.

O clã dos Léda, graças às suas estratégias de matrimônio e compadrio, estenderam seus tentáculos para muito além da povoação de Grajaú (como Barra do Corda, Riachão, Balsas, Carolina, Pastos Bons, Boa Vista-GO e outras localidades). Tiveram, pois, suas representações em vasta área do sertão e resistiram às crises aos momentos de glória vividos pela família nos mais variados momentos da história política do Brasil. Reunida sob as bandeiras do Partido Liberal (Império) e do Partido Republicano (República), essa parentela constituía, na região, a grande rival – como será abordado no capítulo seguinte – do grupo parental de Araújo Costa e Jefferson da Costa Nunes.

Assim, como se pode ver no Quadro 1, a chave parental estratégica se esboçou pela primeira vez quando Antônio Rodrigues de Miranda Léda se casou com Leocádia Moreira, gerando os seguintes filhos, que formaram a primeira geração dos Léda no Maranhão: Leão Rodrigues de Miranda Léda; Luiz Léda; Ana Léda; Mariano Léda; Antônia Léda; Quintina Léda; e Perpétua Léda. O casal e seus setes filhos gravitaram em torno das terras, da política, do modo de vida e da tradição sertaneja, como mostra a documentação pesquisada em instituições públicas e privadas maranhenses (Arquivo Público do Estado do Maranhão; Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão; Biblioteca Pública Benedito Leite), bem como informações colhidas junto a alguns descendentes.

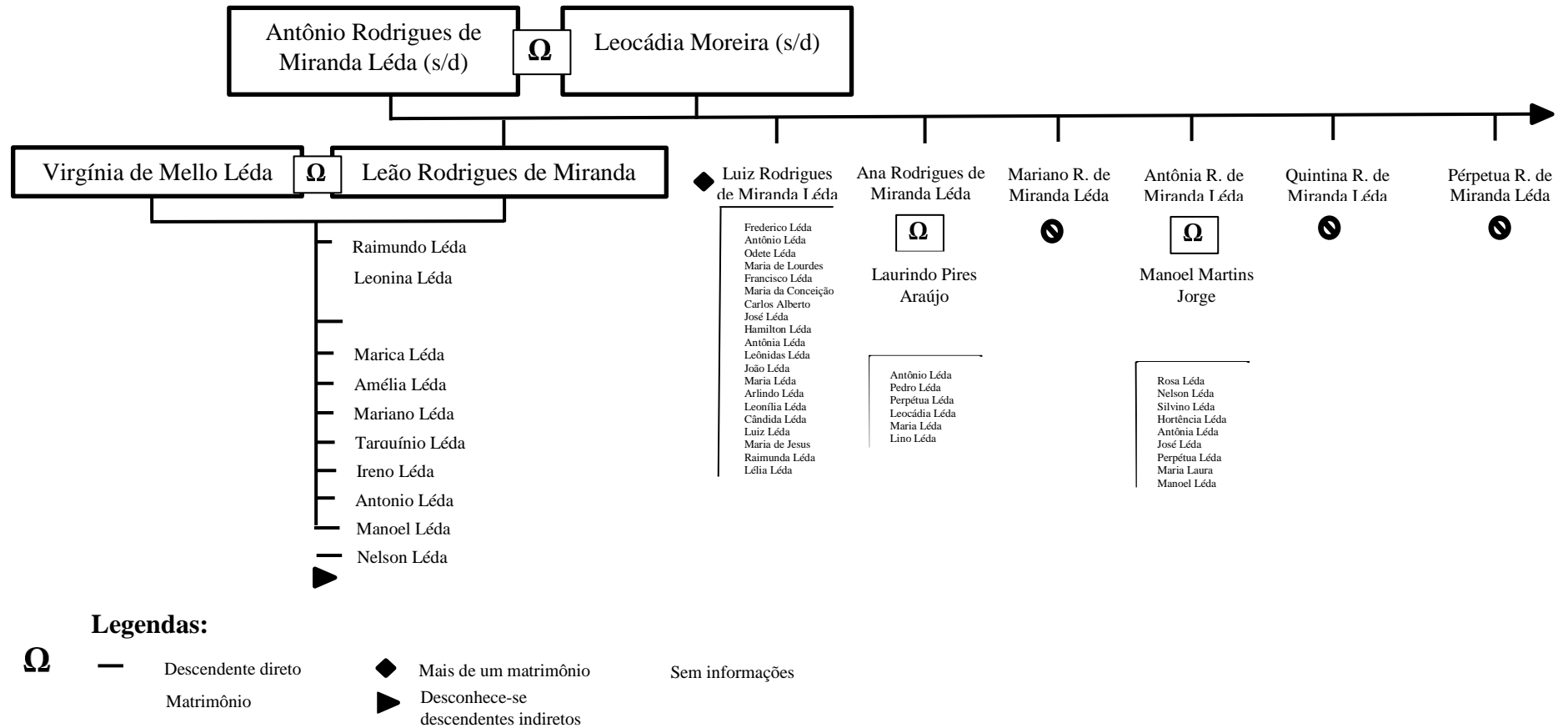
Leão Rodrigues de Miranda Léda, nascido provavelmente em 1840, foi uma das principais figuras dessa família e uma das peças-chave da Guerra do Léda. Foi um grande coronel, chefe do Partido Liberal / Republicano de Grajaú e detentor de terras até a antiga região de Boa Vista (GO). Contraiu matrimônio com Virgínia de Mello Moreira, com a qual

teve dez filhos, todos nascidos no sertão. Desses filhos, de acordo com a documentação, Mariano Léda faleceu aos 20 anos e Nelson, aos 22, ambos em decorrência de seu envolvimento nas tramas políticas da época. Não foi possível obter informações sobre os demais filhos do casal.

Nascido em 1851, o major Luiz Rodrigues de Miranda Léda foi comerciante e fazendeiro, e residiu na cidade de Grajaú. Casou-se com sua prima de primeiro grau, Margarida Moreira, com quem teve treze filhos, dos quais sobreviveram apenas três: Antônia, Leônidas e João Capistrano. Com o falecimento da sua esposa, Luiz se casou novamente em 1902, com Ocília Pereira, filha adotiva de um dos mais influentes políticos de Barra do Corda, Frederico Figueira. Com ela o major teve dezessete filhos.

Irmã de Luiz e Leão, sabe-se que Ana Léda se casou com Laurindo Pires de Araújo. Dessa união nasceram seis filhos, muitos dos quais enveredaram no caminho da política, exercendo altos cargos no sertão maranhense. Sobre Mariano Léda, irmão de Ana, sabe-se, por meio das fontes mencionadas, que foi alto funcionário em uma repartição pública que corresponderia à atual Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. Mariano Léda se transferiu para o Amazonas, residindo em Manaus, onde se tornou um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras. Em São Luís, foi diretor do Liceu Maranhense. Sobre seus descendentes, tem-se notícia apenas de seu filho João Léda. A documentação consultada não forneceu maiores informações sobre o matrimônio de Mariano Léda e se tivera outros filhos. Sobre Quintina e Perpétua Léda, também filhas de Antônio Rodrigues de Miranda Léda e Leocádia Moreira, não há informações.

Quadro 1 - Genealogia da Família Léda (s/d)⁹³



⁹³ As informações genealógicas da Família Léda, pelo menos em três gerações a partir da segunda metade do século XIX, foram retiradas de documentação alocada do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH/TJ), e de informações colhidas juntas aos próprios descendentes da Família; esses disponibilizaram um documento, chamado Contribuições à História da Família Léda, escrito por Lilian Maria Léda Saldanha e Maria Celeste Palhano de Oliveira, em 2007, que contém informações sobre casamentos e filhos. As informações são, em parte, retiradas de bibliografia que já consultei, outros são recolhidas dentro da própria família; essas informações confirmam-se quando consulto a documentação. (Arquivo Público do Estado do Maranhão e Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão).

sobre matrimônios e herdeiros. Antônia Léda, também filha de Antônio Rodrigues e Leócadia, casou-se com Manoel Martins, gerando nove filhos.

O detalhamento da composição da família Léda, assim como de outras que compuseram o núcleo político do conflito abordado nesta pesquisa, faz-se necessário por dois motivos. Primeiro, porque não se pode reconstituir os agentes e suas conexões sócio-políticas sem inseri-los na conjuntura política da época, de modo que, em um exercício de comparação, estabeleceremos o espaço da Guerra do Léda numa dimensão macroespacial e na longa duração. Em segundo lugar, a compreensão dos meandros familiares, há muito tempo considerados de menor importância na história política, é uma tentativa de descentralizar o conflito da figura de Leão Léda.

A importância capital do chefe da família que dá nome ao conflito é inegável. Mas, para além de sua importante atuação como líder de grupos armados e de resistência, é necessário entender os outros agentes, ainda que esses fizessem parte de sua prole, assim como os demais entusiastas do conflito. A construção da narrativa do conflito não se pode furtar, às vezes exaustivamente, à referência aos componentes dos Léda, como será realizado a seguir.

Desde já, os problemas em torno de definições conceituais e de cronologias se colocam, pois a montagem da trama implica recortes e escolhas, em detrimento de outros aspectos que, se analisados aqui, fugiriam do tema que me propus abordar neste trabalho. Nesse sentido, um esforço de compreensão das genealogias do sertão e da relação entre espaços e agentes coloca em primeiro plano o evento histórico que aqui será narrado: a Guerra do Léda.

CAPÍTULO III

A GUERRA DO LÉDA: armas, poder e política no alto sertão maranhense no último quartel do século XIX

Saem desde algum tempo na imprensa do sul uns artigos, cheios de minuciosidades, sobre as lutas do Grajaú, com o histórico dos fatos que as motivaram e acirraram ainda hoje os ódios num dos grupos políticos daquela localidade.

É uma página da história dos partidos em nosso Estado, e, por ventura, a mais cheia de peripécias de dezenas de anos a esta parte.

Mais de um decênio antes da mudança das instituições políticas do país, tornou-se a antiga Vila da Chapada o ponto da então província em que mais agitados se achavam os ânimos e mais violenta era a luta partidária, denunciando, ainda nesse tempo, em um dos partidos, o vigor da raiva incoercível que em outras eras incitava. Uns contra os outros, os indivíduos que tornavam parte ativa na movimentação partidária.⁹⁴

Assim João Parsondas de Carvalho inicia sua narrativa sobre os acontecimentos ocorridos em Grajaú, em texto de sua autoria, intitulado *A Guerra do Léda: o Grajaú, últimos acontecimentos do estado do Maranhão*⁹⁵. Os artigos escritos pelo jornalista foram publicados em periódicos de São Luís, especificamente em *A Pacotilha* (1902-1903) e no *Jornal Brasil*, do Rio de Janeiro, no período em que foram publicados no Maranhão. Esses noticiários trataram do conflito ocorrido na antiga Vila da Chapada e tinham como objetivo chamar a atenção da sociedade e dos órgãos públicos sobre as atrocidades cometidas pelas autoridades contra os habitantes do sertão maranhense.

Esses jornais tiveram um papel bastante importante na propagação dos acontecimentos que ocorreram na região de Grajaú. As denúncias por eles veiculadas possibilitaram que a sociedade tomasse conhecimento da violência política e administrativa sofrida pelos chefes políticos sertanejos não aliados ao governo central. Os mentores da guerra⁹⁶ clamavam pela

⁹⁴ *Jornal A pacotilha*, 20 de janeiro de 1902, p. 1.

⁹⁵ Este conflito político ocorreu na cidade de Grajaú, no final do século XIX e início do século XX, atingiu regiões do centro-sul maranhense, do norte de Goiás e do sul do Pará. A Guerra do Léda recebeu esse nome de Parsondas de Carvalho, o qual teve a intenção de homenagear o líder principal do movimento, Leão Rodrigues de Miranda Léda, o Leão Léda.

⁹⁶ O *Dicionário de Política* organizado por Bobbio apresenta uma ampla definição de *guerra*, expondo várias acepções para esse termo: “A guerra se configura, ao mesmo tempo, como uma espécie de conflito, uma espécie de violência, um fenômeno de psicologia social, uma situação jurídica excepcional e, finalmente, um

independência política do sertão. Os líderes políticos de cada localidade solicitavam também uma presença maior do Estado, no sentido da construção de escolas, estradas, postos de saúde e de investimentos que pudessem tirar o sertão do suposto “isolamento” ao qual estava submetido.

Os administradores públicos do estado, radicados na capital, esqueciam-se da região sertaneja, principalmente após o período eleitoral, demonstrando um desdém inaceitável para alguns chefes políticos do sertão opositores ao governo. De fato, a documentação confirma que a negligência governamental era constante. Diante dessa situação, enquanto uns defendiam o governo instalado na capital, outros advogavam os interesses do sertão. A indiferença e o descaso das autoridades constituídas já constituíra a força motriz de outra rebelião – a Balaiada, entre 1838 e 1841 –, e agora incitava os sertanejos insatisfeitos ao movimento que ficou conhecido como a Guerra do Léda.

A Guerra do Léda, que será analisada a partir do próximo tópico, durou aproximadamente onze anos – de 1898, ano do homicídio do promotor público de Grajaú Estolano Eustáquio Polary, a 1909, quando Leão Léda foi assassinado na cidade de Conceição do Araguaia⁹⁷. Com a intenção de analisar a história da luta sertaneja maranhense e ressaltar sua importância para os estudos escolares e acadêmicos de História do Maranhão, começa-se a construir um inventário histórico inédito do Maranhão no século XIX, abordando uma “nova” história política e social do sertão maranhense.

3.1 Disputa política em Grajaú-MA: Leão Rodrigues Miranda Léda x Araújo Costa

Em 1887, com “o falecimento de Francisco Moreira, coronel comandante superior da Guarda Nacional, foi dada a chefia do Partido Liberal a Leão Léda, moço educado em um colégio ou liceu da capital, ativo, rico e munificente”⁹⁸. Esse personagem se tornou um dos mais influentes indivíduos da região, defendendo os ideais liberais e lutando por um governo próprio e independente para o sertão. Após concluir seus estudos no Liceu Maranhense, voltou para a antiga Vila da Chapada, agindo diferentemente da maioria de seus colegas, que geralmente continuavam seus estudos na Europa ou mesmo em Recife ou Salvador, para onde costumeiramente os filhos das elites da época eram mandados com tal finalidade.

processo de coesão interna” (BOBBIO, Norbert; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998, p. 572).

⁹⁷ Sobre o assassinato de Leão Rodrigues de Miranda Léda, será necessário lançar mão de outras fontes para a ampliação desses olhares. No entanto, tais materiais não serão abordados neste trabalho. A análise adentrará os conflitos entre a capital e o sertão maranhense.

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1902, p. 1.

Seu retorno à cidade natal acentuou os embates já existentes entre as famílias Léda e Moreira, de um lado, e o coronel Araújo Costa e seus correligionários políticos, de outro. O piauiense Francisco Araújo Costa⁹⁹ foi criado em Grajaú por Militão Bandeira Barros¹⁰⁰, chefe do Partido Conservador, possuidor de grande riqueza e inimigo dos Moreira. Mesmo sem instrução, Araújo Costa investiu na carreira política como sucessor de seu pai adotivo, Militão Bandeira Barros, representando muito bem o que chamado coronelismo, ou seja, exercendo o poder de forma autoritária, com seus currais eleitorais, sempre exercendo uma severa oposição aos Moreira e aos Léda. Foi esse embate político que deflagrou, na cidade de Grajaú, uma das mais sangrentas lutas do sertão maranhense.

De acordo com Brandes:

Havia, nos idos de 1888, entre outras, duas agremiações políticas nos sertões. Os conservadores e os liberais. Eram partidos monárquicos pelo fato de existirem de direito naquele Sistema. Confrontando-se no campo cívico e às vezes enfrentando-se no corpo a corpo, empunhando pelas ruas rifles e outras armas, pondo fim a muitas vidas, não escapando dos crimes como vítimas as próprias autoridades.¹⁰¹

Esses dois grupos (conservadores e liberais) – um chefiado por Araújo Costa e o outro representado pelas famílias Léda e Moreira, respectivamente – enfrentavam-se cotidianamente. O primeiro, no entanto, contava com a ajuda do governo, que sempre fora solícito em ajudar Araújo Costa, tanto financeiramente quanto através do envio de tropas armadas para combater e exterminar amigos, simpatizantes e familiares de Leão Léda. As disputas político-partidárias, os jogos de interesses e a busca por status social ocorriam de forma coercitiva, violenta e o mais degradante possível.

Assim, evidencia-se que havia uma grande tensão entre os dois grupos políticos da região, sendo um representativo dos interesses do norte (governo central) e outro do centro-sul do estado. Os sertanejos viviam insatisfeitos com as ordens vindas da capital e a eterna falta de verbas para o desenvolvimento do sertão. As atenções do governo estavam sempre voltadas para a região norte e nunca para a região central e tampouco para o sul do Maranhão. Dependendo da facção política no poder, os sertanejos eram geralmente percebidos pela população da capital como bandidos, pois, como habitavam regiões longínquas e

⁹⁹ Francisco Araújo Costa – a maioria dos documentos o chama apenas de Araújo Costa.

¹⁰⁰ Militão Bandeira Barros também foi chefe da Guarda Nacional e fundador de um grupo literário em Grajaú, conhecido como “Roda de Amigos”. Esse grupo deu origem à Academia Grajaense de Letras e Artes.

¹⁰¹ BRANDES, Galeano. *Barra do Corda na História do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1994, p. 215.

supostamente inóspitas, eram desprovidos de leis e de uma justiça eficaz, fazendo eles mesmos suas próprias leis. Entretanto, para Abranches:

O sertanejo maranhense era um rebelde nato. Guardava no coração, sempre vivido e pronto a explodir, o ódio contra o Poder Central. Vivia a sonhar com um federalismo *sui-generis*. Aspirava para o seu sertão uma vida à parte, uma independência própria.

O homem do sertão, ao contrário, era apegado visceralmente ao solo: sadio, ativo e trabalhador; cioso da sua independência e dos seus haveres: lavrando bravamente as roças; tratando com carinho; sonhando eternamente com um Brasil maior; porque para ele, o Brasil do seu tempo ainda era colônia, ainda não era o Brasil!¹⁰²

Na época, Dunshee de Abranches fora designado pelo então presidente da província, Moreira Alves da Silva, para a promotoria pública em Barra do Corda. O interesse do então presidente em nomear esse promotor era o de decifrar a “esfinge do Grajaú”¹⁰³, ou seja, os mistérios que circundavam os conflitos e morticínios na vasta região que correspondia ao município de Grajaú e áreas vizinhas. Abranches deveria se manter neutro nas disputas políticas. Em suas viagens e sua estada no sertão maranhense, o promotor percebeu o sertanejo como um homem forte, viril, dotado de interesses próprios e em prol de sua sociedade. Esse indivíduo tinha que lutar contra o poder que o oprimia em todos os sentidos.

Certa noite, a caminho de Grajaú, Dunshee de Abranches decidira pernoitar na fazenda Sibéria, de propriedade do pecuarista e professor Luís Léda, para no dia seguinte fazer o reconhecimento da cidade. Ao chegar à fazenda, o promotor fora recebido por cerca de vinte pessoas da família, pois no dia de sua chegada os Léda festejavam o aniversário de um familiar. Convidado para o jantar, Dunshee de Abranches aproveitou a situação para conversar com alguns membros ali presentes. Após a refeição, Luiz Léda explanou os motivos dos ataques contra a sua família no alto sertão maranhense:

Somos todos assim, replicou: e provém daí talvez as nossas desditas [...] Não dobramos a cerviz à prepotência nem ao latrocínio sanguinário, arvorados em autoridades e chefes políticos. Daí as perseguições atroztes que vamos sofrendo por parte dos que nos querem exterminar. E, como em geral não confiamos na Justiça, somos forçados a reagir de armas na mão para defender as nossas propriedades e as nossas próprias vidas [...] Desgraçadamente, já não o digo na Corte, os governos imperiais e as classes letradas, mas, mesmo na nossa Capital, os políticos e os homens cultos ignoram o que somos verdadeiramente e quanto vale a alma nobre dos sertões!¹⁰⁴

¹⁰²102 ABRANCHES, op. cit., p.154-155.

¹⁰³103 Nome que deu à primeira edição do seu livro publicado em 1959.

¹⁰⁴104 ABRANCHES, op. cit., p. 98.

O desabafo feito por Luís Léda ao promotor público de Barra do Corda explica um dos verdadeiros motivos do confronto entre os dois principais grupos políticos da região. O maior descontentamento dessa família sertaneja e de seus aliados era a forma como era tratado pelos políticos de São Luís o homem do sertão: “Para eles, os que vivem nestas esquecidas paragens não são criaturas humanas [...] Acrescentaram naturalmente que a Chapada e todos os povoados do alto sertão [...] eram constituídos por assassinos, ladrões e bandidos de toda sorte”¹⁰⁵. O desabafo de Luís Léda para o promotor causou efeito. Em sua narrativa, é perceptível a simpatia do promotor pelos Léda. Para Luís Léda, os governantes maranhenses imaginavam que as famílias sertanejas, envolvidas no conflito armado, tinham fugido das cadeias de localidades próximas e buscado refúgio no alto sertão maranhense. Entretanto, para o conjunto da sociedade local, eram figuras admiráveis, defendiam os “direitos” de seus protegidos¹⁰⁶.

As intrigas existentes sempre foram resolvidas à bala e, na mesma proporção do crescimento da tensão política, cresciam as ondas de desordem e desobediência na cidade e no sertão de Grajaú: “Nas ruas era preciso andar calado e evitar gestos que os soldados reputassem sediciosos”¹⁰⁷. As perseguições atingiram a todos os habitantes da localidade, mesmo aqueles que preferiram manter-se distantes do conflito. Houve a quebra de sigilo das correspondências encaminhadas à antiga Vila da Chapada. Nem mesmo os não residentes da localidade escaparam às repressões aplicadas na região, que se intensificaram a partir de março de 1882, quando, de acordo com as fontes, Araújo Costa sofrera um atentado, vítima de uma armadilha, e um tiro lhe ferira a testa de raspão¹⁰⁸.

Uma vez concluídos, os inquéritos apontavam como culpado o senhor Raimundo, também conhecido sob a alcunha de Pernambucano (embora esse indivíduo fosse provavelmente cearense) e que possivelmente trabalhava nas terras de Leão Léda. Sobre esse episódio, Dunshee de Abranches, em sua obra *A esfinge do Grajaú*, assim reproduz as palavras de Araújo Costa: “E esses sicários quase me liquidaram com um tiro na frente,

¹⁰⁵ Id., p. 99.

¹⁰⁶ Em sua obra *Bandidos*, o historiador Eric Hobsbawm examina, de forma muito perspicaz, as questões políticas do banditismo e sua história no âmbito do poder e do domínio por parte do Estado. Definindo o objeto de estudo: “O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são tidos como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da justiça, talvez até como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados” (HOBSBAWM, J. Eric. *Bandidos*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, p. 21.

¹⁰⁷ *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1902, p. 1.

¹⁰⁸ ABRANCHES, op. cit., p. 123.

esbravejou Araújo Costa; e ainda estava com a cabeça amarrada quando assumiu a Presidência da Assembleia Provincial”¹⁰⁹.

Com esse episódio, os ânimos entre as partes envolvidas no conflito tornaram-se mais exaltados e Grajaú começou a viver uma de suas fases mais tensas. As disputas pelo poder começaram a ser resolvidas à mão armada, a desordem e o medo passaram a ser uma das características da antiga Vila da Chapada. E, mais uma vez, Dunshee de Abranches, citando seu anfitrião Luís Léda, escreve:

Foi em fins de 1885. Os conservadores haviam subido ao poder. A nossa família estava exausta, quase sem recurso, com suas fazendas queimadas e o gado dizimado pelos facínoras de Araújo Costa. Este recebera dos seus chefes da capital, além de auxílios em dinheiro e em tropas de polícia, carta branca para exterminar-nos a ferro e fogo.

A alternância de poder entre conservadores e liberais foi característica na política maranhense, que, assim como todas as províncias brasileiras, seguia o rito do Império: quando um grupo conseguia prestígio, o outro sofria graves sanções políticas e econômicas. Em Grajaú não foi nada diferente, como se percebe no fragmento citado: quando Araújo Costa assumiu o cargo de chefe da oposição, os liberais (vale dizer: a família Léda e seus aliados) tiveram sua estrutura política esfacelada. Diante dessas questões, o sertão passou a ser o cenário de uma acirrada disputa a ferro e fogo. O embate entre os dois grupos ocasionava a seguinte situação: quando um estava no poder, o outro sofria todas as humilhações políticas vigentes na época: perseguição policial, cobrança indevida de impostos, demissão dos funcionários públicos indicados anteriormente pelo grupo que estava no poder, etc.

3.2 Guerra do Léda: Leão Rodrigues de Miranda Léda x Benedito Pereira Leite

Com a morte de Araújo Costa, o comando do Partido Conservador em Grajaú passou automaticamente para Jefferson da Costa Nunes, político inexpressivo, sem experiência de mando, mas extremamente subserviente ao seu antecessor, Araújo Costa. Segundo a historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral, o novo chefe político oponente dos Léda e dos Moreira “não possuía a liderança e o prestígio de seus inimigos, mas em contrapartida contava com o apoio de Benedito Leite, que dominava o poder regional na época”¹¹⁰. Para agradar a

¹⁰⁹ ABRANCHES, op. cit., p. 125.

¹¹⁰ CABRAL, op. cit., p.192.

Benedito Leite¹¹¹, Jefferson da Costa Nunes se transformou no mais novo inimigo do líder sertanejo Leão Léda. Cabral¹¹² relata que:

Benedito Leite, querendo não só manter a ordem em Grajaú, mas, sobretudo, anular o poder dos Léda e dos Moreira [...] enviou ao município destacamentos e autoridades policiais que praticaram desmandos e arbitrariedades. As representações oficiais tornaram-se terríveis, imprimindo medo e pavor no meio da população.

De fato, quando passou a exercer profunda influência na política maranhense, conseguindo indicar os governadores que o precederam e depois exercendo ele mesmo o cargo, Benedito Leite tentou por várias vezes cooptar os líderes políticos do alto sertão maranhense. Em virtude disso, o que se depreende da análise da documentação referente à época é que, durante o período de mando de Benedito Leite, quer como senador do Império ou como governador¹¹³, tinha como principal objetivo o controle total da política estadual, e não apaziguar as diferentes correntes políticas do estado. Como afirma Pachêco Filho¹¹⁴,

Havia mais que simples disputas partidárias, bem mais que uma luta entre conservadores e liberais: havia uma questão de mando regional. O controle político do sertão vinha sendo disputado acirradamente por liberais e conservadores. Nos últimos vinte e cinco anos do Império, com a agonia do governo, a ação se agravou. Os governantes do Maranhão, tanto do Partido Liberal quanto do Partido Conservador, passaram a fomentar e dar guarida a todos os excessos cometidos por seus partidários em Grajaú.

Nesse jogo, Benedito Leite estabeleceu alianças com líderes políticos para manter a sua influência e seu prestígio, arquitetando uma série de armadilhas contra os seus opositores. Como Leão Léda era contrário à política centralista imposta pela capital e defendia um governo próprio e independente para o sertão, os políticos de São Luís, a mando do senador, começaram a responsabilizar o líder dos Léda pelos atentados cometidos na região. Sabe-se que isso fazia parte das estratégias utilizadas pelo senador para implantar sua própria forma de governo, recebendo o apoio de aliados. Em nota de repúdio sobre a atuação do chefe político, publicou o jornal *O lábaro* em 18 de janeiro de 1900:

¹¹¹ Durante os anos de 1893 e 1897, Benedito Pereira Leite conseguiu exercer cargos de deputado federal e deputado estadual, ao mesmo tempo em que controlava outras esferas políticas. Ver: REIS, Flávio Antônio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)*. 1992. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade de Campinas. Campinas-SP, 1992, p. 51.

¹¹² CABRAL, op. cit., p.192.

¹¹³ Foram governadores do Maranhão indicados por Benedito Leite: João Gualberto Torreão da Costa (1898-1902) e Manoel Lopes da Cunha (1902-1906).

¹¹⁴ PACHÊCO FILHO, op. cit.

O nosso estado do Maranhão, a nossa florescente cidade de Caxias acha-se n'um deplorável e tristíssimo estado entregue ao desmando de homens como o senador Benedito Leite que só têm por fim sobrecarregar o povo com impostos enormes e provocar desordens e tantas guerrilhas em diversas partes do nosso Estado como bem no Grajaú, Riachão, Imperatriz, Carolina e outros lugares do nosso sertão que se acham em estado deplorável; o senador é o único responsável por estas mortandades, queimas de casas e as muitas violações, os saques, e tudo mais que tem havido no interior do nosso estado, que por amor da sua política desenfreada, tudo se tem feito por mandado de agentes, tudo com o seu assentimento.¹¹⁵

Segundo esse periódico, o Maranhão estava entregue à calamidade resultante da má administração exercida por Benedito Pereira Leite, que, aliado a Jeferson da Costa Nunes, começou a perpetrar novos ataques contra os oposicionistas. Costa Nunes, alimentava a ilusão de que, aliando-se aos chefes políticos da capital, estes poderiam fortalecer sua autoridade e assim conseguir penetração nos mais variados setores públicos, não apenas de Grajaú, mas do estado como um todo.

Obtendo certas prerrogativas, Nunes nomeou para o cargo de promotor público da comarca de Grajaú Estolano Eustáquio Polary, seu amigo e defensor político. Este assumiu a promotoria da antiga Vila da Chapada, não obstante estivesse em curso um momento de transição política, representado pela passagem do Império para a República. Esse novo sistema de governo, no entanto, deu continuidade às mesmas práticas políticas do regime anterior.

Essa transição política causou agitação no sertão, provocando na população da região um forte anseio por independência e grande resistência à opressão e ao despotismo de Benedito Leite e seus aliados em Grajaú – Jeferson da Costa Nunes, Estolano Eustáquio Polary, dentre outros. Esses indivíduos e seu grupo enfrentaram, no sertão maranhense, a força de Leão Léda, Luís Léda, Mariano Léda, Frederico Figueira, Isaac Martins e dos demais integrantes desta outra facção. Enquanto na capital a República acontecia de forma cautelosa, no sertão o movimento ganhava força, ensejando a formação de grupos políticos republicanos em Grajaú, Barra do Corda, Caxias e Mirador. Ainda segundo a historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral¹¹⁶:

No final do Império, recrudesceram, nos antigos sertões de Pastos Bons, velhas aspirações republicanas que haviam inspirado, ainda no primeiro reinado, a frustrada República de Pastos Bons¹¹⁷. O ressurgimento desses

¹¹⁵ *Jornal O Lábaro*, 18 de janeiro de 1900, p. 2.

¹¹⁶ CABRAL, op. cit., p. 129.

¹¹⁷ Movimento político ocorrido na vila de Pastos Bons, em 1827.

ideais no Brasil deveu-se, sobretudo, à propaganda que vinha sendo feita no Sudoeste do país, especialmente em São Paulo, onde se organizara, desde 1873, o Partido Republicano Paulista.

É indiscutível que a forte propaganda a favor do modelo republicano de governo era um dos fatores que atraía o significativo número de adeptos, principalmente com a divulgação, pela imprensa, da caricatura de D. Pedro, que agora era apresentado como o responsável por todos os mazelas do país.

No sertão maranhense, o “centro propulsor dos ideais republicanos foi Barra do Corda, onde se concentrou a maior parte dos líderes. Aí se organizou, em 1888, o Clube Republicano”¹¹⁸. Essa e outras novas agremiações discutiam questões relacionadas aos problemas locais e nacionais, organizavam-se em rodas de estudos e debatiam problemáticas que norteavam a região do sertão e suas relações com as demais localidades. Os líderes sertanejos citados se articulavam politicamente na tentativa de resistir às investidas centralistas de Benedito Leite, pois queriam se libertar das cruentas amarras do governo estadual. Para tanto, possibilitaram a participação popular no processo que se imaginava fosse ocasionar a transformação política do Brasil e, mais particularmente, do Maranhão.

A implantação da República e sua proclamação, no 15 de novembro de 1889, levaram o homem do sertão maranhense a acreditar numa segunda oportunidade de libertação em relação à capital, uma vez que a independência política de 1822 não resultara em sua libertação plena. Os líderes políticos de São Luís que trabalhavam no espaço político sertanejo obedeciam cegamente aos seus padrinhos, exercendo uma oposição persecutória aos seus adversários, a ponto de apoiarem os desatinos cometidos por seus partidários, especialmente no município de Grajaú. De acordo com o historiador Dawid Danilo Bartelt, em *Sertão, República e nação*¹¹⁹,

Se os sertanejos tinham um espírito reivindicatório e republicano [...] e se esperassem com muita expectativa por sua “libertação”, logo se decepcionariam amargamente com o novo sistema. Substancialmente nada mudou para melhor. As instituições políticas no sertão não ganharam maior estabilidade, os amplos poderes dos coronéis, resultantes da instabilidade institucional, não foram limitados e as possibilidades de participação formal na vida política não aumentaram.

¹¹⁸ Id., p. 129.

¹¹⁹ BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2009, p. 48.

A mudança de regime político não implicou necessariamente uma nova prática. A República inaugurou uma nova fase na vida política do país apenas no sentido de ter as mesmas agremiações com novos nomes, mas com os mesmos comandantes de antes e as mesmas mentalidades. Ainda assim, novas expectativas foram criadas. O sertanejo queria que a sua identidade fosse reconhecida pelos homens da capital, identidade essa que, para Dunshee de Abranches, era “constituída por uma raça de homens de honra e espírito forte, decididos e libertados de preconceitos vis, a lutarem incessantemente contra o despotismo e a opressão”¹²⁰. A transição de regime político frustrou as expectativas dos sertanejos, pois as tão ansiadas melhorias nunca foram concretizadas, e o sertão continuou subordinado aos desmandos do agora Partido Federalista da capital.

A passagem do Império para a República incitou ainda mais os conflitos em Grajaú, agravando a Guerra do Léda, que se tornou mais intensa com o advento do novo regime e com o assassinato do promotor de Justiça Estolano Eustáquio Polary, no dia 16 de agosto de 1898: “Na noite do delito achavam só na cidade de Grajaú 20 praças do batalhão de infantaria do Estado, sob as ordens do tenente coronel de polícia Fontenelle”¹²¹. As lutas sangrentas que passaram a ocorrer, principalmente depois do crime, propagaram-se para outras localidades sertanejas. Os periódicos da época, em defesa dos sertanejos, concitavam o povo a lutar contra a política vigente. Assim, em consequência, tinha início – sem que nenhum dos grupos beligerantes percebesse – o maior conflito armado provocado por desentendimentos político-partidários no sertão maranhense: a chamada Guerra do Léda.

“Dado o assassinato de Estolano Polary, a política sertaneja, amparada pela do centro, aproveitou-se daquela triste ocorrência para converter em arma partidária o procedimento oficial que deveria ter por inspiração única desafronta a sociedade”¹²². Assim, os líderes políticos aliados ao poder central passaram a se utilizar desse incidente para fustigar seus opositores, acusando Leão Léda de ser o mandante do assassinato do promotor, fato esse que, segundo Dino, “tingiu de vermelho os nossos verdes sertões de outrora”¹²³.

Assim, depois do delito, Jeferson Nunes seguiu para São Luís, com o fito de noticiar o acontecido na comarca e pedir auxílio ao governador João Gualberto da Costa, com o envio de tropas policiais a Grajaú para analisar os fatos *in loco*, controlar a situação e prender Leão Léda. O governador, aliado de Jeferson Nunes e do senador Benedito Leite, não hesitou em

¹²⁰ ABRANCHES, op. cit.

¹²¹ Jornal *O Norte*, 1898, p. 2.

¹²² Jornal *A pacotilha*, 20 de janeiro de 1902, p. 3.

¹²³ Jornal *A pacotilha*, 31 de janeiro de 1902, p. 5.

atender o pedido, logo ordenando o deslocamento das tropas com destino a Grajaú para destruir a força, o poderio e a influência dos Léda. Como aponta o periódico *A pacotilha*, “Antes, porém, que o processo-crime fosse iniciado, aproximou-se do Grajaú uma grande força, ida da capital a pedido dos diretores da polícia de Grajaú, para fazer a prisão de Leão antecipada a qualquer procedimento judicial”.¹²⁴

Os documentos são unânimes em afirmar que o assassinato do promotor público aumentou as disputas políticas no sertão maranhense. Nesse sentido, o jornal *O Norte* também afirma: “os anexos publicados acerca do assassinato do Estolano descobrem logo a politicagem em todas as suas moléculas, dando animação e vigor a uma organização que obedece mais aos interesses políticos de um partido que à distribuição sincera da justiça”¹²⁵. O periódico assevera o que todos já sabiam: que a polícia trabalhava sem escrúpulos para o partido do governo, de modo que a cidade de Grajaú passou a ser vista como espaço de perseguição e conflito.

As constantes negativas de Leão Léda e seu grupo político de ter sido ele o responsável pela morte do promotor não eram levadas em consideração pela polícia local nem pelos comandantes da capital, uma vez que, para estes havia surgido a grande oportunidade de levar Leão Léda à prisão. Era o momento de desacreditar o caudilho¹²⁶ sertanejo e desmoralizá-lo perante os seus. Todas as manipulações criadas pelo governo do estado tinham por objetivo fazer com que seus opositores fossem incriminados e postos atrás das grades, pois somente assim poderia o senador Benedito Leite intervir politicamente na região.

É possível observar que, durante aquele período, o poder político de grande parte do Maranhão estava sob o controle do governador. Para a oposição sertaneja, “o governo do estado era o fomentador da revolta e toda responsabilidade recaía sobre Benedito Leite, que desejava ter hegemonia no sertão”¹²⁷. Para atacar as organizações formadas nos sertões em favor de Leão Léda, foram enviadas pelo governo do estado forças militares com cerca de cento e cinquenta homens para combater os opositoristas em Grajaú. Segundo informações de Parsondas de Carvalho veiculadas pelo *Jornal do Brasil*, os soldados enviados pelo governo rumo ao sertão de Grajaú

¹²⁴ Jornal *A pacotilha*, 2 de fevereiro de 1902, p.1.

¹²⁵ Jornal *O Norte*, 25 de maio de 1889, p.3.

¹²⁶ *Caudilho* – “chefe político que possui uma força militar própria” (Dicionário Houaiss, versão eletrônica, 2003).

¹²⁷ VIVEIROS, Jerônimo de. *Benedito Leite um verdadeiro republicano*. Rio de Janeiro: Gráfica Taveira, 1957, p. 196.

Levaram ordens para matarem determinantemente os Moreiras e a todos que tivessem tido comunicação com Leão, tendo-o visitado ou recebido em suas casas quando viajou, bandos armados foram espalhados no sertão. Assim, foram apontados à faca dos assassinos aqueles que mais haviam se esforçado, em benefício da paz, para a retirada de Leão.¹²⁸

As ordens emanadas do governo expressam bem a maneira como a direção política da capital “dialogava” com seus opositores. A documentação analisada demonstra terem sido numerosas as vítimas de atentados, chantagens e homicídios. Ainda de acordo com Parsondas de Carvalho, “Para evitar o enfatiamento que a repetição das mesmas cenas causa, passo um traço por baixo das parcelas de outubro e apresento a soma de 48 mortos e 63 casas queimadas”¹²⁹.

Por onde passavam, os representantes do governo cometiam ações criminosas, arrasavam o ambiente, estupravam mulheres, incendiavam propriedades ou as roubavam e saqueavam. Eles não poupavam sequer idosos, crianças, mulheres grávidas, vaqueiros, etc. A ordem era sair em busca de Leão Léda, colocá-lo na prisão e culpá-lo pela morte do promotor Estolano Polary, mesmo sem terem provas suficientes para incriminá-lo. É que, na percepção do governo, essa seria a forma ideal para impedir que Leão Léda permanecesse livre e atuante no sertão de Grajaú. Esse terrorismo de Estado foi a principal metodologia empregada no sertão, na caça implacável a Leão Léda. Veja no mapa a seguir reverberação da Guerra do Léda.

¹²⁸ *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro 1902, p. 1.

¹²⁹ *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro 1902, p. 3.

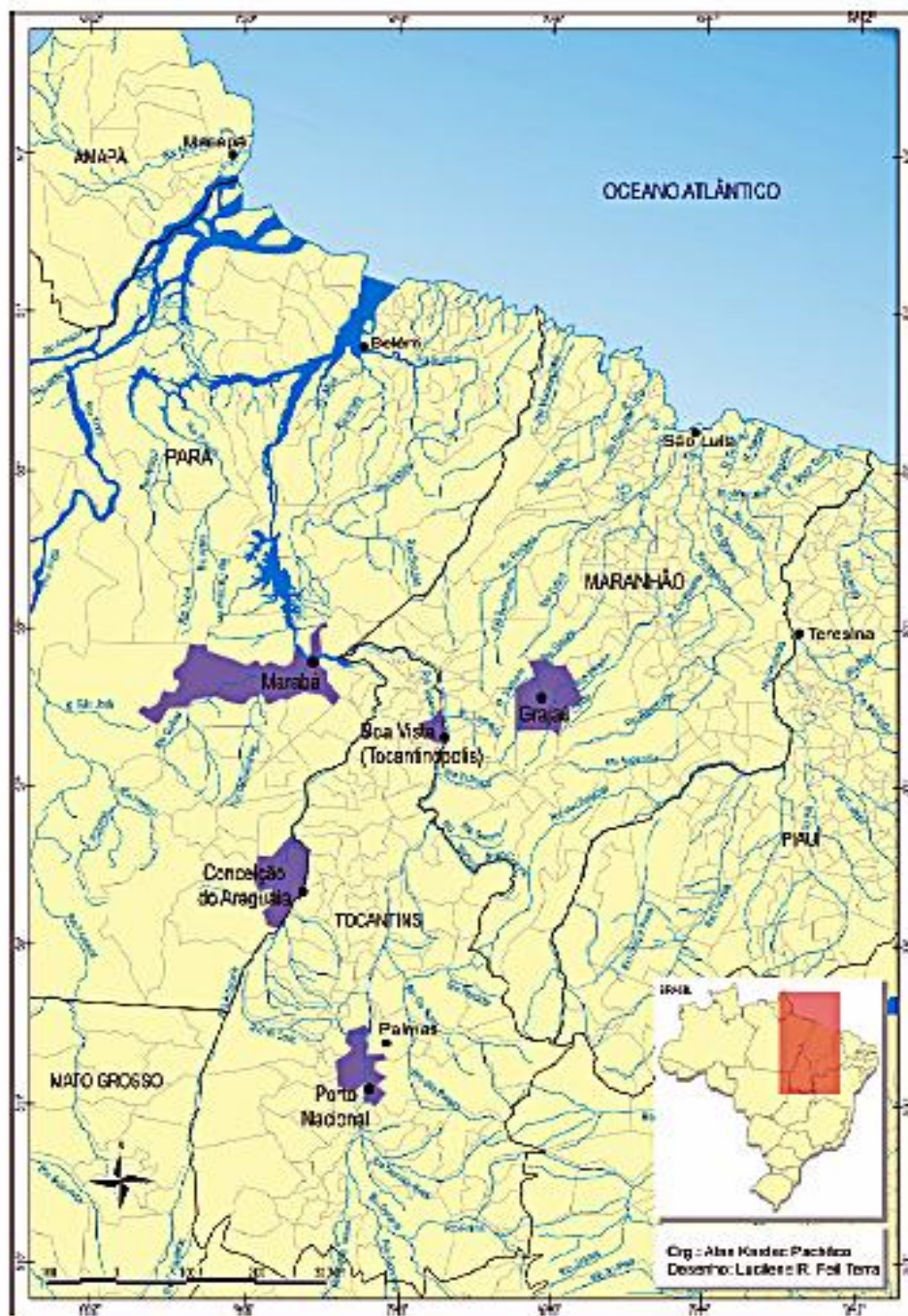


Figura 4: Reverberação da Guerra do Léda.

Fonte: PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. *Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011, p. 80.

3.3 O exílio de Leão Rodrigues de Miranda Léda na cidade de Boa Vista

Sabendo que os líderes opositores queriam exterminá-lo e acabar com seu prestígio, mesmo na ausência de provas de que ele tivesse sido o mandante do assassinato, Leão Léda decidiu combater as tropas policiais de Grajaú, Imperatriz e São Luís, enviadas a mando do governador João Gualberto Torreão da Costa. Então, assim agindo, “Leão Léda resistiu a uma intimação de prisão no lugar Carolina¹³⁰, onde bastou para que a força estadual do Maranhão, destacada no Grajaú se derramasse no sertão”¹³¹. Nessa ocasião, chefiavam a diligência policial de Grajaú, a favor do governo, o tenente coronel João de Deus Moreira de Carvalho e os capitães Bibiano, Nicolau¹³² e João Pedro. Assim,

De Carolina, seguiu com 40 praças o capitão Bibiano, a quem, na Cinta¹³³, se reuniu o capitão João Pedro com maior número, umas 60 praças, idas do Grajaú, e mais o destacamento da vila da Imperatriz, que fora chamado para ajudar em tão importante diligência, e muitos apaisanas, uns em obediência a notificações, outros voluntariamente, por serem da parcialidade do governo, formando, tudo um efetivo muito superior a cem homens.¹³⁴

O confronto entre essas tropas e a ação dos líderes policiais foi de tamanha violência que causou a fuga de várias famílias sertanejas. Nestas fugas, uma considerável parcela da população se deslocou para o território de Goiás (atual Tocantins) e Pará; já aqueles que não tinham condições de emigrarem, embrenharam-se nas matas da região. Indivíduos como: José Dias e seu irmão Antônio Fonseca¹³⁵ ajudaram na fuga de pessoas e de animais para margens de alguns rios e riachos de Grajaú.

Diante dessa situação calamitosa, “o clima generalizado de revolta dava ares revolucionários aos sertões e acendia sérias preocupações no governo. A força oficial foi aumentando e Leão Léda fugiu para lugar incerto, falavam em Goiás”¹³⁶. Aconselhado por amigos e familiares, Leão Léda e seus correligionários políticos decidiram se exilar na cidade

¹³⁰Essa fazenda, outrora chamada Carolina dos Moreiras, está localizada hoje no município de Formosa da Serra Negra. Ainda é possível ver nesse sítio as trincheiras de pedras construídas para a luta travada entre os Leda / Moreira e a Polícia Militar do Maranhão. A fazenda com o mesmo nome atualmente é de propriedade do Sr. José Rodrigues Barros.

¹³¹ Jornal *A pacotilha*, 28 de janeiro de 1902, p. 2.

¹³² De acordo com as fontes documentais, o capitão Nicolau recebeu a proposta de seiscentos mil réis para matar Leão Léda.

¹³³ A Serra da Cinta fora comarca de Grajaú.

¹³⁴ Jornal *A pacotilha*, 1 de fevereiro de 1902, p. 1.

¹³⁵ Ambos amigos de Leão Léda.

¹³⁶ COUTINHO, Márcio Augusto Vasconcelos. *Grajaú: um estudo de sua história*. São Luís: Edigraf, 2006, p.186.

de Boa Vista¹³⁷, uma vez que não havia mais possibilidades de continuar em Grajaú, em razão do risco de serem presos ou mortos por seus inimigos políticos, a qualquer momento. A cidade de Boa Vista foi escolhida por Leão Léda devido à proximidade política e geográfica com a cidade de Grajaú.

Quando as tropas alojadas no sertão souberam da retirada de Leão Léda, imediatamente seguiu os seus passos um contingente de aproximadamente cinquenta praças que tentou, sem êxito, alcançá-los. Leão Léda era proprietário de várias fazendas no sertão maranhense, conhecia bem a geografia física da região e nunca viajava pelas estradas, mas sim pela chapada, pelo carrasco¹³⁸ pela mata, evitando assim deixar pegadas suas ou de seus homens. Relatando esse episódio do exílio de Leão Léda, Parsondas de Carvalho comenta:

Depois disto, Leão Léda, cessando de hesitar, resolveu mudar-se definitivamente para a Comarca da Boa Vista [...] Seus bens estavam todos no território do Maranhão e era forçoso transportá-los ou o seu valor para a comarca de seu novo domicílio [...] Já de muitos antes, desde o seu asilar na Boa Vista, pensava vender o mais difícil conduzir, como os imóveis, por sua natureza, alienar mesmo algumas fazendas de gado vacum e cavalar, de preferência as mais distantes do Tocantins, e retirar de outras todos os gados para com estes fundar outras fazendas na Comarca da Boa Vista.¹³⁹

No ano de 1899, Leão Léda atravessou o rio Tocantins e retornou à região sertaneja na companhia de trinta homens no intuito de vender ou trocar seus imóveis, seus gados e, se possível, arrendar algumas fazendas. João Parsondas de Carvalho, assim se expressou sobre o retorno: “Enquanto Leão vagueava em busca de compradores pelo Riachão e Balsas [...], grande era o movimento belicoso no Grajaú e na Carolina”¹⁴⁰. A notícia de um possível retorno de Leão Léda já se disseminara pelo sertão, o que foi visto pelos opositores como uma afronta, uma provocação ao poder constituído.

Imediatamente a polícia iniciou novos atos de perseguição, mas Leão Léda, vencendo um dos comandantes, conseguiu voltar para a comarca da Boa Vista, “a fim de evitar piores consequências, deixando para a melhor época a remoção dos bens”¹⁴¹. Fixado em Boa Vista, sem retornar temporariamente a Grajaú, Leão solicitou ao juiz de Direito interino um *habeas-corpus*¹⁴² preventivo, conforme noticiou o *Jornal do Comércio*¹⁴³:

¹³⁷ Cidade localizada no norte do estado de Goiás. É o atual município de Tocantinópolis (TO).

¹³⁸ “Formação vegetal muito densa, relacionada com a caatinga, [...] constituída por arbustos entrelaçados e de ramos duros, difícil de varar” (Dicionário Houaiss, versão eletrônica, 2003).

¹³⁹ *Jornal A pacotilha*, 1 fevereiro de 1902, p. 2.

¹⁴⁰ *Jornal A pacotilha*, 1 de fevereiro de 1902, p. 2.

¹⁴¹ *Jornal A pacotilha*, 5 de fevereiro de 1902, p. 3.

¹⁴² Este documento de cunho jurídico encontra-se no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH), no setor de documentos restaurados, sem identificação no que se refere ao número da caixa, etc.

Consta que vai ser encarregado notável advogado do Rio de Janeiro de solicitar Habeas-Corpus preventivo, em favor do coronel Leão Leda e de outros chefes políticos, ameaçados em sua liberdade, por causa dos últimos acontecimentos em Grajaú, dos quais resultou a morte do Promotor Público Estolano Polary.

Com a morte do promotor mencionado, os acusados pelo crime queriam provar que não haviam tido qualquer forma de envolvimento no delito, para o que necessitavam ter preservadas sua integridade física e sua capacidade de defesa. O instrumento judicial que lhes daria tais garantias era o *habeas corpus*, cuja solicitação “levou ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão a incompetência do chefe de polícia, resultada da prevenção da jurisdição”¹⁴⁴. Para requerer o documento, foi encarregado, segundo publicou o *Jornal do comércio*, um respeitável advogado do Rio de Janeiro, já que os profissionais anteriormente contratados pelos acusados haviam sido subornados e/ou deixado de exercer suas funções por intervenção de Benedito Leite e seus aliados.

O documento do *habeas corpus* encontra-se no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís. Sua análise detida e aprofundada pode nos ajudar a construir uma visão mais abrangente dos fatos. Nele ficam perceptíveis, por exemplo, a indignação e o repúdio do escrivão ao elaborá-lo, quando se refere “às ltuosas cenas desenroladas no sertão maranhense, as quais, sob o nome de guerra do Grajaú, tiveram tão larga repercussão na imprensa”¹⁴⁵. Como já foi relatado, Leão Léda contratou os serviços de um advogado, José Barreto Costa Rodrigues, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. A peça processual requeria

Habeas-corporis preventivos em favor de Leão Rodrigues de Miranda, Candido Alves Sarmiento e Manoel João Rodrigues, pronunciados pelo Doutor Chefe de Polícia do Estado como responsáveis pela morte de Estolano Estáquio Polary, ocorrida na cidade de Grajaú, deste Estado, no dia dezesseis de agosto do ano passado, que indeferem a mesma petição.¹⁴⁶

Mais adiante, no mesmo documento, se lê:

Limitar-se-á, pois o requerente a um rapto histórico digo, rápido histórico. Leão Rodrigues de Miranda Leda, Thomaz Jozé Moreira e outros membros importantes do partido político em oposição ao Governo do Estado, na comarca do Grajaú, foram, por paixões e interesses de ordem política,

¹⁴³ *Jornal do Comércio*, 4 outubro de 1898, p. 1.

¹⁴⁴ *Jornal A pacotilha*, 31 janeiro de 1902, p. 1.

¹⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 2 de fevereiro de 1902, p. 3.

¹⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Documento de habeas-corporis*. Sessão de documentos restaurados. São Luís, 1907, p. 4.

indigitados como responsáveis pela morte de Estocidade digo, de Estolano Eustachio Polary, ocorrida na cidade do Grajaú, no dia 16 de Agosto do ano de 1898. Dispostas as causas para a perseguição dos adversários, enviou o Governador de então – o atual Desembargador Dr. João Gualberto Torreão da Costa – para aquela localidade, além do Procurador Geral do Estado, o Chefe de Polícia – que era naquela ocasião o atual Desembargador Dr. Sebastião José de Magalhães Braga, fazendo-o acompanhar de grande força armada e com instruções especiais para proceder contra os pseudo-criminosos.¹⁴⁷

O documento judicial faz um rápido balanço histórico da Guerra do Léda, referindo a data do assassinato do promotor público Estolano Eustáquio Polary e mencionando os nomes do desembargador¹⁴⁸ e do procurador geral do estado¹⁴⁹, que também era chefe de polícia. Essas autoridades foram enviadas da capital com destino à região irradiadora do conflito, instruídos para “proceder contra” os acusados. Para os membros do judiciário local, estes teriam realmente sido os responsáveis pelo crime, razão pela qual expediram mandado de prisão contra eles, chegando ao ponto de anular os depoimentos prestados por simpatizantes dos Léda.

Como veremos adiante, muitos desses testemunhos foram tidos como inválidos, pois, para os inimigos de Leão Léda, seriam blefes dos depoentes. Em oposição a essa e outras ilegalidades, o *habeas corpus* impetrado por Leão Léda solicitava ao Tribunal que procedesse a um exame dos acontecimentos:

O Egrégio Tribunal apreciando os fatos verá que a calma em que a autoridade policial encontrou a localidade, era puramente aparente. Não estavam, nem podiam estar serenados os ânimos. Nefando Crime havia sido praticado à luz do dia, em plena rua. E o assassinado era uma autoridade local. À frente do processo estava um Juiz leigo, inteiramente sem garantias [...].

O Procurador Geral interino, Manoel Lustoza de Freitas, certifico que foi extraído traslado do presente processo, que fica arquivado n’esta Secretaria. O referido é verdade, do que dou fé.

Secretaria do Superior Tribunal de Justiça em 12 de Março de 1908.¹⁵⁰

O documento contém, também, a descrição do chefe de polícia quando chegou ao local do crime. Para este, havia apenas um juiz leigo e, ao perceber isso, essa mesma autoridade policial aponta como possíveis criminosos os referidos: Leão Rodrigues de Miranda

¹⁴⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Documento de habeas-corpus*. Sessão de documentos restaurados. São Luís, 1907, p. 3.

¹⁴⁸ Dr. João Gualberto Torreão da Costa.

¹⁴⁹ Dr. Sebastião José de Magalhães Braga

¹⁵⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Documento de habeas-corpus*. Sessão de documentos restaurados. São Luís, 1907, p. 27.

Leda, Thomaz Jozé Moreira, Luiz Léda, dentre outros. Já para o advogado responsável pela solicitação de anulação da acusação, a descrição feita pelo tal agente policial não era verídica, de modo que ele solicitava a anulação do mandado de prisão. Enquanto o documento estava sendo redigido, e mesmo depois de concluído e encaminhado ao órgão responsável, Leão Rodrigues de Miranda Léda e alguns de seus aliados permaneciam na cidade de Boa Vista.

Como já exposto, o *habeas corpus* requeria a anulação do mandato de prisão dos acusados. Isso porque, para o advogado de Leão Léda, o chefe de polícia e as autoridades locais não podiam nem deviam processar nem imputar culpa aos acusados, visto não terem autoridade legal para desempenhar tal função, que era de responsabilidade e competência do Poder Judiciário. Para o advogado José Barreto da Costa Rodrigues, um agente do Poder Executivo não podia praticar ato dessa natureza sem violar a Constituição da República. Os poderes eram independentes, com direitos e deveres estabelecidos por lei: “Processados e pronunciados pelo Chefe de Polícia do Estado, os pacientes estão incontestavelmente sob a pressão de um processo radicalmente nulo e de uma pronúncia manifestamente ilegal”¹⁵¹.

Segundo o governo estabelecido, era necessário quebrar a espinha dorsal de Leão Léda e obrigar o sertão a se submeter aos comandos políticos da capital. O pedido de *habeas corpus* foi negado pelo Poder Judiciário do estado e, por ordem dos líderes políticos locais, aliados de Benedito Leite comemoraram a impossibilidade de Léda e seus aliados de provarem suas inocências. Os inquéritos a favor dos acusados foram cancelados e os jornais sertanejos foram vistos pela imprensa ludovicense como malfeitores a serviço dos “bandidos”. Nesse período, a família Léda já passava por grandes dificuldades financeiras, vivendo um momento no poder e outro na trincheira da resistência. Nada mais conspirava a favor do chefe patriarcal e seus coligados.

3.4 A Guerra do Léda nos inquéritos policiais e nos periódicos da época

Uma parte dos documentos recolhidos e analisados referentes à Guerra do Léda é constituída pelos inquéritos policiais e pelos periódicos que registraram os acontecimentos ocorridos em Grajaú durante o período estudado. As inquirições e as manchetes formam um conjunto de documentos muito importantes para se entender a geografia do crime. Para o governo do estado, o conflito foi uma perturbação contra a ordem pública que assolou o sertão maranhense; mas, para a população local, foi uma luta em defesa de toda a sua gente. Os documentos que serão apontados possibilitam a identificação dos principais fundos sobre a

¹⁵¹Id., p. 18.

Guerra do Léda e as ações de alguns indivíduos envolvidos na trama político-partidária urdida no sertão, no final do século XIX e início do século XX.

Nessa perspectiva, apresento um documento produzido pela Secretaria de Polícia do Maranhão. Trata-se de um inquérito policial instaurado na comarca de Grajaú para levantar esclarecimentos sobre uma possível agressão que teria sofrido Camilo Rodrigues de Azevedo em 1886. O documento não oferece informações detalhadas sobre quem era o agredido, nem mesmo as associações dele, mas, conforme mostrado a seguir, oferece um importante retrato da caótica situação social decorrente dos crimes cometidos na antiga Vila da Chapada. Tais delitos passavam a se tornar ações naturais e geralmente envolviam também pessoas comuns, não associadas às agremiações políticas. Porém, no caso a seguir, percebe-se que o depoente estava ligado aos líderes da capital, constituindo uma permanente campanha para desqualificar Leão Léda, como veremos a seguir:

Leão Rodrigues de Miranda Léda, pretendendo ter a justificante que no dia 24 de outubro que dirigindo-lhe palavras pouco respeitosas declarou a pessoas desta cidade que mandaria espancá-lo. **Que às 8 horas do dito mês, apresentou-se o referido Leão na porta da casa do justificante acompanhado de dois homens conhecidos nessa cidade por Jararaca e Cascavel**, que aquele vindo da Barra do Corda onde é criminoso, de cuja cadeia evadiu-se, e este de Pastos Bons, de onde o trouxe o mesmo Leão para esta cidade pela fama de suas façanhas criminosas, **os quais reunidos penetraram o justificante armados de facas e facões e ali o mesmo Leão ordenou que pagassem o justificante arrastando-se para rua**, ordem que não foi cumprida o malogro da imprensa recuando todos.¹⁵² (grifo meu).

Pelo fragmento acima, percebe-se a contínua desqualificação feita pela oposição ao grupo liderado por Leão Léda, taxado pelos adversários como indivíduos grotescos e dotados de má índole. Cada grupo político organizava e reunia seus capangas com a preocupação de se proteger do inimigo. Os dois jagunços citados na documentação – Jararaca e Cascavel¹⁵³ – prestavam serviços de proteção para a família Léda, que vivia perseguido e importunado por seus inimigos políticos. Os coronéis e/ou os agentes destes percorriam uma boa parte do sertão “alstando” pessoas e exigindo que elas participassem da luta armada. Segundo Luís Palacín, “havia lugar para todos: quem não soubesse manejar carabina era necessário nos

¹⁵²ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão. Inquérito Policial, 1886, p. 1. Nesse depoimento seis pessoas foram ouvidas: Felipe de Souza Lima; Heleodório Mendes Pessoa; Mercenas de Mello Falcão; Antônio Firmo de Souza; Marcolino Ferreira da Silva Dias; e Camillo Rodrigues de Azevedo (Secretaria de Polícia do Maranhão. *Inquérito Policial*, 1886, p. 1).

¹⁵³ Na obra de Dunshe de Abranches (1993), o autor cita o nome do Cascavel como sendo “cabralhada” do Leão Léda. Isso Abranches afirma em entrevista com Paraíba do Norte, autor de quatorze mortes na comarca de Grajaú.

serviços logísticos de procurar bestas e gados”¹⁵⁴. Alguns participavam dos grupos armados e combatiam na esperança de paz, uma paz que nunca chegou. Tal situação pode ser observada na manchete “Horror!” do jornal *O lábaro*¹⁵⁵:

As praças da polícia espancam diariamente os cidadãos pacíficos, o capitão dá ordens arbitrárias [...] Estamos todos ameaçados em nossa liberdade e nas nossas vidas e não temos recursos se não nos defender como pode. **Ordens ilegais se cumprem e é dever do chefes governistas que são os responsáveis [...]** o povo muito atacado defende-se. O sr. Juiz de direito deve também intervir para que a ordem perturbada pela polícia seja acalmada (grifos meus).

Já comentei anteriormente que o governo do estado tinha a necessidade de fortalecer o policiamento e fortalecer sua estrutura judiciária, a fim de aterrorizar a população e atacar aqueles que assumiam ligações políticas com a oposição. Naquele momento, tanto a promotoria pública quanto as autoridades judiciais atendiam os comandos estatais. No período em que a Guerra do Léda se acentuou, “a força armada fora dividida em dois corpos: um tinha seu quartel general em casa do sogro do coronel Jefferson; o outro, na casa da Câmara municipal”¹⁵⁶. Reafirma-se, mediante o exposto, que a violência praticada no sertão possuía características tristemente exacerbadas.

Outro caso que consta na documentação é o depoimento de uma senhora de nome Domicília Ferreira Rodrigues, “casada, de quarenta anos de idade, professora da rede pública de ensino, moradora nesta cidade de Grajaú, natural da vila do Baixo Mearim”¹⁵⁷, que fora intimada a prestar depoimento sobre os fatos delituosos ocorridos no município no dia 10 de dezembro de 1886. Segundo a depoente, estando na porta da casa de Leão Léda “várias pessoas, sua família e escravos, passaram por ali soldados e, entre estes e as mencionadas pessoas, deu-se um conflito, ignorando a testemunha de que lado partiu o agressor da assombrosa confusão”¹⁵⁸.

Tal inquérito pode ser um exemplo de como as autoridades que controlavam e aparelhavam o estado se envolviam em querelas, provocando desordem e em seguida direcionando os inquéritos contra aqueles que não apoiavam o governo. Sobre esses fatos, afirma *O Norte*: “A forma que foram acolhidas as informações nesses relatórios pendem para a opinião de inimigos rancorosos e desleais cujo testemunho foi de preferência na formação

¹⁵⁴ PALACIN, Luís G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 69.

¹⁵⁵ Jornal *O Lábaro*, 7 de dezembro de 1899, p. 1.

¹⁵⁶ Jornal *O Norte*, 22 de setembro de 1898, p. 6.

¹⁵⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão, *Inquérito policial*, 1886, p. 105.

¹⁵⁸ Id. *ibid.*

da culpa do coronel Leão Léda e seus sobrinhos”¹⁵⁹. Além disso, a convocação de pessoas da comunidade para depor foi muito comum. As autoridades deflagraram um sentimento de medo e estimulavam as pessoas a delatarem casos suspeitos. Assim, conforme o documento, continua Domicília Ferreira:

Deste conflito resultou grave ferimento de quatro soldados [...] Nos dias posteriores, continuou o tiroteio entre as praças e os capangas do lado do Leão Léda sucedendo haver (ilegível) um tiro, Alderado, que faleceu instantaneamente.

Em vinte e cinco de Janeiro deste ano mandado Floriano ver se conseguia pesar um boi que se havia estraçalhado, aconteceu que ao passar em frente à casa onde passava Antônio Fontenelles, recebeu um tiro, o qual o lançou por terra, dizendo o caboclinho José, companheiro do ferido, que esse tiro viria da cidade alta, acrescentando a testemunha que aquele ferimento houvesse sido casual.

Inúmeras pessoas foram “convidadas” a prestar depoimentos. Algumas delas rigorosamente não sabiam detalhes dos assassinatos, mas, por morarem próximo aos locais onde estes haviam ocorrido, acabavam sendo envolvidas nas paixões suscitadas por participantes do conflito. Nesse caso, era muito difícil que esses inquiridos apresentassem depoimentos a favor de Leão Léda, ou mesmo que não o incriminassem. Mas, no caso mencionado acima, em nenhum momento a depoente se coloca contra ou a favor de algum partido político, mantendo-se neutra em suas opiniões, o que era raro acontecer. Ela se ateu a relatar apenas os fatos que presenciou, talvez por medo das atrocidades que ocorriam em toda a cidade, pois as vontades dos chefes políticos prevaleciam, graças à violência armada imposta.

Dessa forma, analisando um pouco mais o mesmo documento¹⁶⁰, encontra-se uma intimação do oficial da Secretaria de Polícia, Sebastião Braga Nunes, ordenando:

A qualquer oficial de justiça d’este juízo a quem este for presente, indo por mim assignado que intime aos cidadãos: Coronel Gregório Martins Jorge, Francisco Tavares Bastos, Camilo Rodrigues de Azevedo, Bento da França, Nicolau Rodrigues Guimarães, Raimundo Ferreira de Mello e Leonardo Severino Carneiro, todos moradores n’esta cidade, e para comparecerem, às dez horas do dia, na casa de minha atual aposentadoria, a fim de deporem sobre os fatos aqui ocorridos, digo fatos delituosos aqui ocorridos dia dez do ano próximo passado a onze de fevereiro último, o que cumpra sob as penas da lei (grifos meus).

¹⁵⁹ Jornal *O Norte*, 22 de outubro de 1898, p. 5.

¹⁶⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão, *Inquérito policial*, 1886, p. 111.

No caso específico do coronel Gregório Martins (nascido na região) e de Nicolau Rodrigues Guimarães, o primeiro comentou sobre um embate entre as tropas do governo e as do major Leão Rodrigues de Miranda Léda. Esses confrontos se davam entre a cidade alta e a cidade baixa¹⁶¹, sendo que a tensão foi ainda maior por conta da fuga de inúmeros presos da cadeia da cidade. Momentos depois, relata Gregório, “soube que a casa de Leão Léda estava cercada de tiros e testemunhas”¹⁶². Também este depoente procura ocultar o seu posicionamento, não deixando claro seu direcionamento político, ora colocando-se contra uma das partes envolvidas na trama, ora contra a outra, finalizando por concluir: “E por nada mais dizer nem se for perguntado, deu-se por mim este depoimento, que lido e achado conforme vai assinado pela autoridade e por mim, testemunha, Gregório Martins Jorge”¹⁶³.

A segunda testemunha, Nicolau Fernandes Guimarães, de 24 anos de idade, morador da cidade de Grajaú, natural de Portugal, também testemunhou e relatou os conflitos do dia 11 de dezembro de 1886, narrando “que, por volta das nove horas, desceram da cidade alta os oficiais da Guarda Nacional forjados e armados [...] se reuniram todos em casa de Tenente Coronel Gregório Martins Jorge, de onde subiram para a Comarca”¹⁶⁴. O referido coronel havia prestado depoimentos dos embates do dia 10 de dezembro de 1886 e, pelo que consta, segundo análise dos depoimentos, os dois eram inimigos políticos.

Num determinado trecho do relato, Nicolau cita por três vezes o nome de Gregório Jorge, colocando-o como aliado de Leão Léda. Assim, acaba deixando clara a sua empatia política pelos líderes da cidade baixa – Araújo Costa, Jefferson da Costa Nunes e Estolano Eustáquio Polary (este ainda vivo no período). A respeito desse mesmo acontecimento, afirmou José Bernardo de Souza:

Já tendo oficiado ao Excelentíssimo doutor José Bento de Araújo, presidente da província, sobre os acontecimentos criminosos que aqui se têm dado desde o dia 10 de dezembro do ano próximo findo a esta data [...] dos horríveis crimes sucedidos nesta infeliz comarca. Desde que aqui cheguei ano próximo findo que na minha comunicação oficial, eu, doutor José

¹⁶¹De acordo com as observações feitas por Dunshee de Abranches, a Cidade Alta era ocupada quase exclusivamente pelos liberais (republicanos), ao passo que a Cidade Baixa se tornara baluarte dos conservadores (federalistas). Cf. ABRANCHES, op. cit.

¹⁶²ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão, *Inquérito policial*, 1886, p. 112.

¹⁶³ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão, *Inquérito policial*, 1886, p. 113.

¹⁶⁴ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão, *Inquérito policial*, 1886, p. 115.

Bernardo de Souza, fui tacitamente reconhecendo motivos de disposição bem sérios para irregularidades na administração da justiça desse lugar.¹⁶⁵

Nesse documento, foi o próprio José Bernardo quem fez a narrativa dos fatos, ao longo da qual vai fornecendo informações preciosas para o entendimento do que realmente vinha acontecendo na antiga Vila da Chapada. O próprio não afirma ao certo qual o período exato de sua chegada em Grajaú, mas que, desde que ali chegara, fora logo tomando conhecimento do conflito. Correu risco de ser envolvido, pois, dependendo da casa que visitava, sofria ameaças por onde passava, conforme relata: “se eu continuasse a frequentar a casa do Souza Brito¹⁶⁶ seria até espancado” (Secretaria de Polícia do Maranhão. Inquérito policial, 1887, p. 1).¹⁶⁷

O documento revela ainda que, no dia 10 de dezembro de 1887, houve “três assassinatos, uma tentativa de morte, quatro de ferimentos graves, três de espancamentos também graves, assassinados Estefânia, um filho desta de nome Simão e Matias de tal”¹⁶⁸.

A respeito do que teria acontecido com Leão Léda no dia 10, declarou o major Antônio Rosa Lima, no auto de perguntas feitas pelo chefe de polícia da província Henrique Cícero Campello:

Perguntando como se deram os acontecimentos tumultuosos de dezembro último aos quais se referem os documentos?

Respondendo que garante ao acontecimento do dia dez, **ele respondendo nada pode afirmar com segurança, porque não estava nesta cidade**, mas que vindo com uma boiada da fazenda de sua propriedade, denominada “Fazendinha” ao passar pelo “Ipoeira”, fazenda do coronel Raimundo Alves dos Santos, **soube por intermédio de uns vaqueiros**, que tinham seguido desta cidade para ali, **que houvera um barulho entre diversas praças do destacamento e alguns indivíduos que dançavam e se divertiam em casa do capitão Leão Léda e que o fato se dera da seguinte forma:**

Que estando os referidos indivíduos em danças e cantos na mencionada casa, ali foram diversas praças que os acometeram com o fim de acabar com a brincadeira, o que resultou em ferimento de parte a parte. Pessoas batiam na porta as quais lhe comunicaram que seu sogro Leão Léda estava cercado, sendo havido fogo desde as onze horas daquele dia, até às sete horas da noite. **Ele respondendo duvidou, mas para certificar-se veio**

¹⁶⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão Inquérito policial, 26 de dezembro de 1887, p.1

¹⁶⁶ Souza Brito foi juiz de direito de Grajaú e aliado político de Leão Rodrigues de Miranda Léda.

¹⁶⁷ Secretaria de Polícia do Maranhão. Inquérito policial, 1887, p. 1.

¹⁶⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão. *Inquérito Policial*, 26 de dezembro de 1887, p. 3.

para esta cidade, e chegando notou que a casa do seu sogro estava toda destruída pelas balas, quer pela parte da frente, quer pela parte de trás, estando, além disso, com as grades derrubadas assim como portas e janelas. Por essa ocasião soube que fora ferido um soldado que morrera depois em consequência dos ferimentos recebidos¹⁶⁹ (grifos meus).

Esse testemunho, dado por Antônio Rosa Lima, mostra como ocorreu uma parte do conflito. De acordo com o documento em que ele está contido, os embates aconteciam de forma frequente e envolviam todos que estavam em volta. As delegacias viviam cheias, razão pela qual as fugas e os arrombamentos aconteciam repetidamente. Todos temiam permanecer naquela localidade. Os praças policiais viviam à caça de Leão Léda e agiam na mais perfeita tranquilidade. Várias foram as vítimas da violência exacerbada, e muitas morriam sem nada terem feito contra qualquer dos partidos políticos. Na visão do governador João Gualberto Torreão da Costa, em mensagem à Assembleia Legislativa,

O Estado não tem gozado em alguns pontos do sertão da tranquilidade que era para desejar. As comarcas de Grajaú e Alto-Itapecuru foram teatro de cenas lamentáveis que exigiram da parte do governo providências enérgicas no sentido de conseguir o restabelecimento da ordem pública e punição dos culpados. [...] Chegavam também ao meu conhecimento notícias de que em outros pontos do alto sertão, Imperatriz e Carolina, suspeitava-se de perturbação na ordem pública sendo esperadas ali a cada momento manifestações hostis, como repercussão dos acontecimentos de Grajaú. As comunicações que, a esse respeito, me foram passadas pelo Dr. Procurador do Estado e pelo comandante das forças do sertão davam como possível o movimento revolucionário em toda aquela parte do Estado auxiliado por políticos influentes da comarca de Boa Vista, do Estado de Goiás. Reforcei, então, os destacamentos do sertão e foi seguir para Grajaú o Dr. Chefe de Polícia.¹⁷⁰

Nessa mensagem, João Gualberto Torreão da Costa explica as causas que levaram o governo a tomar “providências enérgicas” em toda a região do sertão. Tal discurso tinha o objetivo de minimizar a parcialidade e a violência da atuação do estado nos conflitos. Os jornais sertanejos denunciavam constantemente os discursos proferidos pelos representantes do estado, na tentativa de, a todo custo, desconsiderar o que era vinculado pela imprensa do centro-sul maranhense. Nas palavras do governador, os objetivos das intervenções

¹⁶⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). Secretaria de Polícia do Maranhão. *Inquérito Policial*, 26 de dezembro de 1887, p. 3-4.

¹⁷⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). MARANHÃO. Governo do Estado. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 15 de Fevereiro de 1899 pelo excelentíssimo senhor doutor João Gualberto Torreão da Costa*. São Luís: Imprensa Oficial, 1899.

governamentais eram apenas “o restabelecimento da ordem pública” e “a punição dos culpados”. Nota publicada no dia 8 de fevereiro de 1899 pelo jornal *O Norte* afirmava:

A política do coronel Leão Léda e seus sobrinhos sobre os quais se acumularam na instituição do processo e nos relatórios as fases todas de interminável ódio contra a preponderância política no Grajaú. Os sentimentos mais torpes lhe foram atribuídos na campanha aberta pelo jornal do partido do governo, o Federalista que em repetidos ataques à honra e à dignidade do chefe de oposição no Grajaú [...] partiam as medidas mais extravagantes, as providências mais perigosas.¹⁷¹

O jornal *O federalista*, mencionado no fragmento acima, tinha entre seus editores Benedito Leite e Urbano Santos. Desse periódico partiam ataques contra os líderes republicanos do sertão, incluindo o capitão Leão Léda e seus aliados políticos. Fica bem perceptível, nas publicações pesquisadas, um embate entre os jornais *A pacotilha*, *O liberal*, *O Norte* e *O lábaro*, por um lado, e os periódicos que defendiam o governo central, como o já mencionado *O federalista*. Na citação acima, percebe-se uma rejeição clara quando o jornal do partido do governo menciona os “chefes de oposição no Grajaú”. E não acontecia de forma diferente nos jornais do sertão, que circulavam em Barra do Corda, Grajaú, Caxias, etc. Em artigo intitulado a “Justiça no sertão”, a edição de 10 de junho de 1903 do jornal *Correio do sertão* noticiou:

Sob tão aflitiva e intolerável situação é que se acha o nosso sertão, que, se ainda não está anarquizado, é devido somente à índole pacífica de seus habitantes, pois que motivos para que cada um apele para si mesmo para se desagravar de temerosas injustiças, os há de sobra. **Os lamentáveis sucessos de que tem sido teatro a comarca de Grajaú originaram-se de negócios de justiça, pela má aplicação de seus princípios, caprichosa e intencionalmente deturpados, para se agitarem aos interesses de uma politicagem nefanda e corrupta, que nada respeita e a nada comove**¹⁷² (grifo meu).

Em quase todos os noticiários da época, é notória uma vasta gama de informações sobre a antiga Vila da Chapada. Os articulistas deixavam claras as consequências do lesivo arranjo político vivido pelo Maranhão, sobretudo o sertão. No jornal acima citado, verifica-se a opinião do autor a respeito da comarca de Grajaú, cuja ausência de organização se devia, na percepção desse periódico, aos “negócios de justiça”¹⁷³, em razão da “má aplicação de seus

¹⁷¹ Jornal *O Norte*, 1889, p. 1.

¹⁷² Jornal *Correio do sertão*, 10 junho de 1903, p. 1.

¹⁷³ Id., p.1

princípios”¹⁷⁴ e da “politicagem nefanda e corrupta”¹⁷⁵. Em boa parte dos jornais até então analisados, os articulistas expunham suas ideias sem medo de represálias, expondo as disputas política entre o norte e o sul do estado, bem como a crítica miséria que assolava praticamente todo o território maranhense.

Dessa forma, é bastante comum encontrarmos noticiários sobre os abusos cometidos pelo poder dominante nas diferentes comarcas. O objetivo maior dos articulistas, ao que parece, era expor os fatos ocorridos na região do sertão, a qual, diante dessa situação, participava das ações políticas e se utilizava das armas de que dispunha para atender seus interesses e defender seu ideal de liberdade e seu direito de lutar em prol de sua independência.

Já a respeito dos inquéritos policiais, percebe-se que parte deles apresenta uma mesma lógica de escrita e organização. É que uma fração dessas fontes foi escrita por agentes do governo que recebiam exigências dos dirigentes para colocar o sertão e seus líderes políticos como verdadeiros bandidos, assassinos e indivíduos inimigos da justiça. Boa parte desses inquéritos resulta de esforços das autoridades para registrar as denúncias dos supostos crimes que ocorriam, que incluíam enforcamentos, degolas, estupros, incêndios, assassinatos, ferimentos e outros.

Dessa forma, é válido questionar: quem produziu a documentação? Para quem a produziu? Com qual intuito? Em que momentos e em que contextos os depoentes deram seus testemunhos? Quais são os sujeitos que se encontram no domínio do poder hegemônico? Partindo-se da busca por respostas a essas questões, é possível tentar compreender o cenário da trama político-partidária, os jogos de interesses em questão e as relações estabelecidas em torno da região e suas adjacências, uma vez que esses elementos são passíveis de influenciar o discurso de quem acusa, de quem depõe e também de quem escreve.

É necessário, por fim, que o referido material seja analisado com bastante cuidado, pois, como se trata de uma documentação produzida pelas forças do Estado, deve-se ter em conta as possíveis omissões e acréscimos, tanto por parte dos interrogados quanto dos escrivães. Considere-se que, em casos desse gênero, é muito comum mentir ou omitir informações, visto que pode ocorrer de o indivíduo não querer revelar seu envolvimento no conflito, para não ser perseguido, preso ou mesmo assassinado. Diante de todas essas considerações, portanto, os problemas apresentados por esses textos se mostram difíceis de

¹⁷⁴ Id., p.1

¹⁷⁵ Id., p.1

mapear e equacionar. No entanto, não desmerecem a importância das informações e dos quadros políticos e sociais que se pode depreender de sua leitura.

É necessário ter presente que a Guerra do Léda se caracteriza para além de um mero enfrentamento entre as partes políticas que utilizavam a força para tentar subjugar uma à outra. Nesse caso, havia, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil, representada por Leão Léda e seus aliados, elementos comuns de pressão social que causavam verdadeiros conflitos internos nessa sociedade, que não era necessariamente uma contenda armada. O medo, as ameaças e o ambiente de pânico, propenso a práticas criminosas de todos os gêneros, fizeram com que muitos indivíduos e famílias silenciassem em relação aos fatos acontecidos.

Uma das hipóteses que lanço neste trabalho é a de que, por trás do conflito e como força motivadora dele, havia projetos dessemelhantes de República, cuja divergência causou, também, uma crise de legitimidade do Estado. Isso levou a uma disputa sobre quais seriam os agentes responsáveis pela condução do novo projeto político que se delineava no Maranhão, ligado àqueles conduzidos no centro-sul do país. Tal projeto, no entanto, tinha suas especificidades locais, por estarem justamente relacionados aos grupos oligárquicos que há muitos anos dominavam o ambiente político maranhense. E, no momento em que se começou a falar sobre uma centralização política a partir da capital, essas tensões começaram a emergir, culminando no conflito político, caracterizado por todos os crimes cometidos narrados ao longo deste texto. Sobre a derrota dos Léda e dos Moreira, com todos os seus aliados, assim se expressou Maria do Socorro Coelho Cabral:

[...] representou não só a derrota de um clã, mas a destruição das lideranças locais, liberais que resistiram à introdução de mecanismos de controle político da região, tornando-se assim um marco decisivo no processo de integração da área ao centro do poder regional. A partir dessa data, ele se intensificou, favorecido pela estabilização do poder republicano. A derrota dos Léda representou a derrota do sertão, na medida em que essa integração significou sujeição do sul do Maranhão às decisões governamentais tomadas pelos oligarcas de São Luís.

Com a “derrota” de Leão Rodrigues de Miranda Léda, o sul do Maranhão passou a ser dominado politicamente pelos caciques de São Luís, sofrendo o intervencionismo imposto por Benedito Pereira Leite nessa vasta área sertaneja. Conforme nos diz Faoro, “As decisões políticas obedecem a combinações e arranjos [...] maquiavélicos. O problema era o poder, só o poder, para os chefes e para os Estados, sem propagandas para atrair ou ideologias

desorientadoras”¹⁷⁶. O governo conseguiu, na maioria dos casos, “boas” articulações com lideranças que tinham o seu mesmo objetivo: o controle político-partidário do alto sertão maranhense. Esse controle se tornou realidade a partir do momento em que o estado conseguiu derrotar o líder republicano Leão Léda, sua família e seus aliados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta análise sobre o sertão enfocando a região “oposta ao litoral”, onde ocorreu a Guerra do Léda, observa-se quão importante é compreender o Maranhão como um todo. Buscar o entendimento dessa região a começar pelo processo de colonização e ocupação de seu espaço se faz necessário. Sabe-se que o processo de colonização do estado começou no Golfão Maranhense: foi navegando os mares do Atlântico que portugueses e franceses fincaram pela primeira vez suas bandeiras no solo da antiga *Upaon-Açu*¹⁷⁷.

Diferentemente desse processo, verifica-se que adentrar o interior não foi tarefa tão fácil como talvez pudessem pensar os desbravadores. Tal iniciativa foi perpassada por inúmeros percalços e grande resistência. Porém, resistência de um povo que ali já vivia há séculos: os índios, que lutaram com bravura contra as forças exercidas pelo colonizador sobre essa população, empurrando-a rumo ao centro-sul do Maranhão. A diversidade e a perenidade dos rios e riachos existentes em toda a região fizeram com que os representantes da Corte Portuguesa desejassem desvendar o que existia para além do encantador horizonte.

Essa primeira impressão, ao mesmo tempo em que fascinava os olhos de viajantes, militares, estudiosos e exploradores, causava medo, por ser aquele um lugar desconhecido. A partir de então, a percepção daquelas paragens como um lugar incivilizado, inculto e totalmente carente de justiça começou de fato a ser cristalizada. Diferentemente da colonização litorânea, a ocupação do sertão maranhense teve seu início em primórdios do século XVIII, a partir da Casa da Torre de Garcia d’Ávila. Foram baianos e pernambucanos os empreendedores responsáveis por atravessar o rio Parnaíba, adentrar Pastos Bons e formar pequenos núcleos de povoamento às margens dos rios.

¹⁷⁶ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989, p. 588.

¹⁷⁷ A denominação *Upaon-Açu*, do tupi-guarani, era atribuída pelos tupinambás à ilha de São Luís e significa “ilha grande”.

Estudar o sertão maranhense é tomar contato com uma sociedade totalmente diferente daquela que se formou no norte do estado do Maranhão. Implica compreender a importância da família sertaneja no processo de organização dessa base social e atentar para a multiplicidade de espaços geográficos ainda não totalmente estudados pela historiografia maranhense. Os trabalhos de Carlota Carvalho, João Parsondas de Carvalho, Maria Socorro Coelho Cabral, Eloy Coelho Netto, Francisco de Paula Ribeiro e Alan Kardec G. Pachêco Filho nos mostram algumas das possibilidades de estudos sobre o sertão.

Assim, a noção de que a região sul do Maranhão se apresenta inerte não deve ser levada em consideração. Ao contrário do que essa noção nos leva a crer, esse sertão se configurou como local de circulação de ideários políticos, por exemplo. Observou-se, através do estudo sobre a Guerra do Léda, o envolvimento de alguns indivíduos inseridos nos debates políticos, nas práticas socioculturais, os quais, unidos em prol da independência de sua região, ganhavam forças para lutar e não aceitar o controle exacerbado do governo estadual, representado pelo federalista Benedito Pereira Leite. Nesse sentido, este estudo tornou possível compreender a importância do sertão maranhense ao longo de sua história e da história do Maranhão.

REFERÊNCIAS

Documentos

a) Manuscritos

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Documento de Habeas-Corpus – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH) – Sessão de Documentos Restaurados. São Luís, 1907.

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

MARANHÃO. Governo do Estado. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 15 de fevereiro de 1899 pelo excelentíssimo senhor doutor João Gualberto Torreão da Costa, governador do Estado.** São Luís: Imprensa Oficial, 1899.

SECRETARIA DE POLÍCIA DO ESTADO DO MARANHÃO. **Inquérito policial instaurado em Grajaú.** Arquivo Público do Estado do Maranhão. Setor de Avulsos: Subsérie: Delegacias de Polícia. 1886.

SECRETARIA DE POLÍCIA DO ESTADO DO MARANHÃO. **Inquérito Policial Instaurado em Grajaú.** Arquivo Público do Estado do Maranhão. Setor de Avulsos: Subsérie: Delegacias de Polícia. 1887.

Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)

b) Impressos

Jornais

A Pacotilha, São Luís.

Do Brasil, Rio de Janeiro.

Do Comércio, São Luís.

O Norte, Barra do Corda.

Diário do Maranhão, São Luís.

O Lábaro, Caxias.

O Liberal, São Luís.

3) Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O dote é a moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República**. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN; São Paulo: Cortez, 2006.

ALENCAR, José. **O sertanejo**. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 1998.

AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8., nº 15, 1995, p. 145-151.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**. 2011. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, república e nação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRANDES, Galeno. **Barra do Corda na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BURGUIÈRE apud TÂNIA. **Família e Historiografia**. *Politeia: História e Sociologia*. Vitória da Conquista, vol. 2, n. 1, 2002, p. 1-25, p. 8.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

CALDAS, João Pereira. **Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí**. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXII, parte I, 1900.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**: subsídios para a História e a Geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz-MA: Ética, 2000.

CARVALHO, João Renôr de. **Introdução à descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão**. In: FRANKLIN, Adalberto. *Francisco de Paula Ribeiro*: desbravador dos sertões de Pastos Bons. Imperatriz-MA: Ética, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o sertão**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

COELHO NETTO, Eloy. **História do Sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: São Vicente, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Márcio Augusto Vasconcelos. **Grajaú**: um estudo de sua história. São Luís: Edigraf, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos [1902]. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Da Independência à República**. Obra completa. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1966, p. 326-376.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

FONSECA, Cláudia. **A História Social no estudo da família**: uma excursão interdisciplinar. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 27, 1. sem. 1989, p. 51-73.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons. A base humana e geográfica do Sul do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2007. FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **A base humana e geográfica do Sul do Maranhão**. In: _____. **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons. Imperatriz-MA: Ética, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense / Universitária, 1975.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba** – um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte dos bandeirantes**. 3. ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

OLIVEIRA, Lippi Lúcia. **A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro**. Revista de História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. V (suplemento), 1998, p. 195-215.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. **Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú**. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **“Os abandonados da lei”**: política e rebelião no sertão do Maranhão. In: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes; PEREIRA, Josenildo de Jesus. São Luís 400 anos: (con)tradições de uma cidade histórica. São Luís: EDUEMA / Café & Lápis, 2014, p. 15-23.

PALACIN, Luís G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás**. São Paulo: Loyola, 1990.

PINTO, Luís de Aguiar Costa. **Lutas de famílias no Brasil: era colonial**. São Paulo: Nacional, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. 2007. 300 f. (Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MOTTA, José Flávio. **Família escrava: uma incursão pela historiografia**. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 9, n. 16, junho de 1988.

REIS, Flávio Antônio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. 1992. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade de Campinas, Campinas-SP, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família** – São Paulo, século XIX. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SANTOS, Sandra Regina dos. **O sertão maranhense no contexto da Balaiada: conflitos e contradições**. In: SIMPÓSIO DO MARANHÃO OITOCENTISTA, II, 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UEMA, 2011, p. 1-14.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Vol. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SIMMEL, George. **Sociologia**. São Paulo; Ática, 1983.

SOUZA, Candice Vidal. **A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento brasileiro**. Textos de História. Vol. 4, n. 2, 1996, p. 94-129.

TÁVORA, Franklin. **O cabelreira**. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas teóricas**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XII, 2000, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2000, p. 1-25.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite, um verdadeiro republicano**. Rio de Janeiro: Gráfica Taveira, 1957.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Geomorfologia do sertão maranhense



FONTE: VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. (27 de Julho de 2014)

APÊNDICE B – Vista panorâmica do relevo da chapada sertaneja do sul do Maranhão.



Fonte: Vieira, Layla Adriana Teixeira. (27 de julho de 2014)

APÊNDICE C – Cidade de São João dos Patos (Maranhão)



Fonte: VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. (28 de Julho de 2014)

APÊNDICE D – Praia do Cajú, cidade de Nova Iorque (Maranhão)



Fonte: VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. (29 de Julho de 2014)